

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 004/2021
Data: 07/01/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
NAVIOS ESTRANGEIROS SÃO LIBERADOS NO TRANSPORTE ENTRE PORTOS BRASILEIROS, APROVA CÂMARA	3
300 TONELADAS DE ROUPAS IMPORTADAS SÃO APREENDIDAS NO PORTO DE SANTOS.....	3
ABTRA – ASSOC. BRAS. DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS	5
ECOPORTO REORGANIZA MOVIMENTAÇÃO DE PALETES NO ARMAZÉM EM SANTOS.....	5
PORTAL PORTO GENTE	5
PRIMEIRO POLO AEROPORTUÁRIO DO CENTRO-OESTE ATRAI EMPRESAS DA AVIAÇÃO BRASILEIRA	5
FERROVIA DO PORTO DE SANTOS PODE SER MODELO PARA O BRASIL.....	7
CORREIO BRAZILIENSE - DF	7
INICIADA CONSULTA PÚBLICA DE CONCESSÃO DA FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA	7
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DF	8
DEPUTADOS LIBERARAM NAVIOS ESTRANGEIROS NO TRANSPORTE ENTRE PORTOS BRASILEIROS	8
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	9
SUPERINTENDENTE DA PORTOS RS, FERNANDO ESTIMA, RECEBEU A VISITA DO CAPITÃO DE MAR E GUERRA, REINALDO LUÍS LOPES DOS SANTO	9
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM AUMENTO DE 41,92% NO FATURAMENTO EM 2020	9
PORTO DE ILHÉUS FECHA 2020 COM DESINFECÇÃO CONTRA CORONAVÍRUS	10
ISTOÉ - DINHEIRO	10
FAESP DIZ QUE AINDA PRECISA ANALISAR DECRETO DO GOVERNO DE SP SOBRE ICMS	11
PELOS ‘MAIS POBRES’, LIRA PEDE REORGANIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA	11
GOVERNO DE SP ATENDE PARTE DAS REIVINDICAÇÕES DO AGRO, MAS TRATORAÇÃO ESTÁ MANTIDO	12
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	12
MINAS GERAIS TERÁ ISENÇÃO DE ICMS PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SOLAR.....	12
APOSTA DE TRUMP, LEILÃO DE PETRÓLEO NO ÁRTICO FRACASSA	13
DEPUTADO QUER LEI PARA GARANTIR ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE XISTO NO PARANÁ.....	14
EXXONMOBIL RECEBE LICENÇA PARA CAMPANHA DE PERFURAÇÃO NO PRÉ-SAL	16
SUPERVISÃO E TRANSPARÊNCIA: LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O SETOR DE GÁS NATURAL BRASILEIRO 18	
JORNAL O GLOBO – RJ	22
AEROPORTOS PRIVATIZADOS DEVEM DEIXAR DE PAGAR R\$ 15 BI À UNIÃO POR CAUSA DA CRISE	22
BOLSA SOBE A 121 MIL PONTOS, APÓS CONFIRMAÇÃO DE VITÓRIA DE BIDEN; DÓLAR FECHA EM ALTA A R\$ 5,39	24
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	26
CONSULTORIA DA CÂMARA PROPÕE FLEXIBILIZAR REGRA DO TETO DE GASTOS PÚBLICOS	26
UNIÃO BANCOU R\$ 13,3 BILHÕES EM DÍVIDAS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2020.....	27
COM ALTA DO MINÉRIO E COMPRAS DA CHINA, ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES ATINGE MARCA RECORDE DE R\$ 6 BI	28
CNI VÊ SUBSÍDIO E POLÍTICAS IRREGULARES EM PRODUÇÃO CHINESA DE ALUMÍNIO	29
VALOR ECONÔMICO (SP)	31
FRETE CHINA-BRASIL DISPARA E DEVE ENCARECER PRODUTOS IMPORTADOS	31
CONTROLADORA DA LOUIS DREYFUS RENEGOCIA DÍVIDA DE US\$ 450 MILHÕES	32
PERSPECTIVAS SÃO BOAS PARA O BRASIL NESTE ANO, APONTA FAO	33
ÍNDICE DE PREÇOS DE ALIMENTOS DA FAO SUBIU EM DEZEMBRO PELO 7º MÊS SEGUIDO	35
ANP TEM DECISÃO FAVORÁVEL NO TRF-5 EM DISPUTA COM MUNICÍPIO DO RN SOBRE ROYALTIES	36
INVESTIMENTO EM ENERGIA SOLAR CRESCE 52% EM 2020 E CHEGA A R\$ 13 BILHÕES	37
G1 – O PORTAL DE NORÍCIAS DA GLOBO	37
AGRONEGÓCIO IMPULSIONA RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA EM 2020 37	
PORTAL PORTOS E NAVIOS	39
SAMARCO REALIZA EM DIAS SEU 1º EMBARQUE DE PELOTAS DESDE QUE VOLTOU A OPERAR	39
17ª RODADA DE LICITAÇÕES OFERECE 92 BLOCOS EM BACIAS MARÍTIMAS	39
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	40
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	40



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NAVIOS ESTRANGEIROS SÃO LIBERADOS NO TRANSPORTE ENTRE PORTOS BRASILEIROS, APROVA CÂMARA

Projeto permite aumento progressivo do uso de embarcações de outros países e prevê regras para contratação de trabalhadores

Por ATribuna.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou o uso de navios estrangeiros na navegação de cabotagem (entre portos do mesmo país, ao longo da costa) sem a obrigação de contratar a construção de embarcações em estaleiros brasileiros. De autoria do Governo Federal, o texto foi enviado ao Senado.



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.58630:1562505682/Cabotagem.PNG?f=2x1&\\$p\\$f=26946ad&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.58630:1562505682/Cabotagem.PNG?f=2x1&pf=26946ad&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Proposta elimina obrigação de contratar construção em estaleiros brasileiros (Carlos Nogueira/ AT)

Caso a proposta avance na Casa e seja sancionada pela presidência da República, as empresas poderão afretar uma embarcação a casco nu (alugar um navio vazio para uso na navegação de cabotagem).

Depois de um ano da vigência da lei, poderão ser dois navios; no segundo ano de vigência, três navios; e no terceiro ano da mudança, quatro navios. Daí em diante, a quantidade será livre, observadas condições de segurança definidas em regulamento.

Trabalhadores

Em qualquer situação de afretamento prevista no projeto, os contratos de trabalho dos tripulantes de embarcação estrangeira afretada seguirão as normas do país à qual pertence a bandeira usada pelo navio.

As empresas operadoras deverão seguir ainda regras internacionais, como as estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e também a Constituição Federal, que garante direitos como 13º salário, adicional de 1/3 de férias, FGTS e licença-maternidade.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 07/01/2021

300 TONELADAS DE ROUPAS IMPORTADAS SÃO APREENDIDAS NO PORTO DE SANTOS

Mercadorias avaliadas em R\$ 23 milhões foram apreendidas devido a fraude

Por ATribuna.com.br

Em uma ação da Receita Federal no Estado de São Paulo, 300 toneladas de roupas importadas foram apreendidas na Alfândega do Porto de Santos nesta quinta-feira (7). De acordo com a Receita, a mercadoria foi avaliada no valor de R\$ 23 milhões. Os itens foram apreendidos devido ao crime de fraude e simulação.



[https://www.tribuna.com.br/image/contido/policy:1.136530:1610041159/Receita-Federal-apreens-o-roupas.jpeg?f=2x1&\\$p\\$f=d410490&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contido/policy:1.136530:1610041159/Receita-Federal-apreens-o-roupas.jpeg?f=2x1&pf=d410490&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

300 toneladas de roupas importadas são apreendidas no Porto de Santos (Foto: Divulgação/Receita Federal)

milhão de peças de vestuário, das quais 888 mil não foram declaradas nas faturas comerciais. A mesma fraude foi constatada em dez cargas.

‘Modus operandi’

A fraude realizada pelo importador foi que ele declarou que a carga se tratava de grande quantidade de capas de chuva, sacos plásticos e pares de meias - todos de valores irrisórios - e de algumas poucas peças de roupa - de valores comparativamente maiores.

No entanto, durante a conferência física das cargas retidas pela fiscalização, a Receita Federal encontrou grande quantidade de peças de roupas de maior valor e pouca quantidade de outros artigos de valores menores.

Desta forma, com a inversão das quantidades, as faturas comerciais apresentaram valores totais três a quatro vezes inferiores aos totais reais das cargas efetivamente trazidas do exterior pela empresa autuada.

Além disso, a declaração de importação teria ocultado os reais compradores das mercadorias. A quase totalidade das roupas trazidas do exterior continha marcas pertencentes a dezenas de empresas atacadistas do bairro do Brás, na capital paulista, que seriam as reais adquirentes dos produtos.

Fiscalização

A ação teve início na Alfândega da Receita Federal em Santos. Apesar de a carga estar sob ação fiscal, o importador conseguiu, pela justiça, levá-la em trânsito aduaneiro para outros locais. O trânsito aduaneiro é o regime especial que permite o transporte de mercadoria, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de tributos (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 73, caput).

Após a conclusão dos trânsitos aduaneiros em cumprimento à determinação judicial, a Alfândega do Porto de Santos conduziu o procedimento especial de fiscalização em relação às dez cargas. A Alfândega trabalhou em conjunto com as Delegacias da Receita Federal em São José dos Campos (nove cargas) e Sorocaba (uma carga). Após esse trabalho, a Receita Federal finalizou as apreensões para informá-las ao Poder Judiciário.

As cargas apreendidas devem ir para leilão eletrônico, que é acessível a qualquer interessado pelo site da Receita Federal (rfb.gov.br). O valor obtido no leilão é destinado ao Tesouro Nacional.

A Receita Federal alerta que a sonegação de impostos resulta em concorrência desleal, prejudicando comerciantes, importadores e produtores brasileiros que atuam na legalidade, subtrai postos formais de trabalho e diminui a capacidade de o Estado prover serviços públicos à população, devido à perda dos recursos que deixam de ser recolhidos aos cofres públicos.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 07/01/2021



ABTRA – ASSOC. BRAS. DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS

ECOPORTO REORGANIZA MOVIMENTAÇÃO DE PALETES NO ARMAZÉM EM SANTOS

Fonte de Informação: Tecnológica

O operador logístico multipropósito e portuário Ecoporto reformulou um de seus armazéns localizado em Santos (SP). A medida foi adotada após a empresa registrar no local ocupação próxima a 90% e ter que ir ao mercado para obter mais área de armazenagem. Em projeto elaborado pela Combilift, a empresa adquiriu três empilhadeiras articuladas Combi AM e promoveu uma reorganização das estruturas porta-paletes do armazém, o que resultou em um incremento de 40% na capacidade de armazenagem.

Segundo o gerente de Operações do Ecoporto, Robson Bissani, o índice de ocupação de 90%, olhando do ponto de vista da movimentação de paletes, não é saudável devido aos desdobramentos que gera como a falta de produtividade e não poder assimilar novas operações por falta de espaço.

Após um período de avaliação das tecnologias existentes no mercado que permitiriam a solução do impasse, a equipe de operações do Ecoporto realizou visitas técnicas a empresas que utilizam a empilhadeira articulada Combi AM em suas operações com objetivo de avaliar seu desempenho. De acordo com a companhia, observou-se, então, que o equipamento proporcionava um novo conceito de movimentação com ganho de espaço de armazenagem, mobilidade e, conseqüentemente, redução de custos da operação.

“O mercado de operadores logísticos apresenta uma forte concorrência, os clientes precisam reduzir seus custos logísticos e buscamos soluções inovadoras, de excelência e cada vez mais customizadas para sua operação. O que levou à nossa decisão pela empilhadeira articulada foi a solução tecnológica aliada ao custo-benefício”, explica Bissani.

De acordo com o executivo, a inovação é encarada como essencial e estratégica pelo Ecoporto em todos os níveis de processos da empresa como meio de manter a competitividade no mercado e poder lançar produtos e serviços. E a movimentação de materiais é um ponto crítico, em que é necessária uma solução que permite flexibilidade na operação, garanta a segurança e otimize o espaço no armazém.

“A Combilift apresenta soluções que atendem demandas não vislumbradas por outras empresas do segmento e entendemos que as empilhadeiras articuladas trouxeram ganhos em todas as esferas de nossa operação. Para conseguir inovar é preciso correr riscos, principalmente quando se trata de inovações disruptivas, e o importante é saber avaliar quais ganhos pode-se trazer aos negócios”, pontua Bissani, gerente de Operações do Ecoporto.

Fonte : ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Data : 07/01/2021



PORTAL PORTO GENTE

PRIMEIRO POLO AEROPORTUÁRIO DO CENTRO-OESTE ATRAI EMPRESAS DA AVIAÇÃO BRASILEIRA

Assessoria de Comunicação

Empresa especializada em manutenção de aeronaves com motores convencionais, turboélices e jatos já assinou contrato de aquisição de área de mais de 10.000m² no novo empreendimento

A Quick Aviação acaba de assinar o contrato para instalar sua sede própria no Antares, primeiro polo aeroportuário do Centro-Oeste, que será construído a partir do início de 2021 no município de Aparecida de Goiânia-GO. A Quick Aviação, oficina autorizada Textron Aviation no Brasil para aeronaves da linha Beechcraft e Cessna, com sede em Goiânia e mais de 34 anos de atuação, será proprietária de uma área de 10.220m² no novo empreendimento, que é voltado para aviação executiva, manutenção de aeronaves e operações logísticas fracionadas.



<https://portogente.com.br/images/Perspectivas-Antares-Polo-Aeronautico--3-.jpg>

Perspectivas Antares Polo Aeronáutico. Crédito: Divulgação.

O diretor técnico da empresa, Haig Artur Berberian, revela que, além da localização centralizada e acessível para todo o país, outros fatores influenciaram na decisão de se instalar no Antares. “Estar localizado em um aeroporto onde seremos proprietários da área, hangares e oficinas de manutenção e teremos condições de executar tudo aquilo que é inerente à nossa atividade, é algo que almejamos há muitos anos. Atualmente, não temos área disponível para expansão. A grande vantagem de poder investir no Antares será a otimização de nossas oficinas. Lá, teremos condições de fazer uma construção em área própria, com adequação para o que precisamos, agregando na qualidade do serviço que entregamos para nossos clientes”, conta.

Especializada em manutenção de aeronaves e sistemas, a Quick Aviação é a principal distribuidora e oficina autorizada no Brasil das mais renomadas empresas da aviação mundial. Em sua nova unidade no Antares, a Quick Aviação, irá oferecer suporte técnico autorizado para as aeronaves equipadas com produtos da Blackhawk Aerospace, Raisbeck Engineering, BLR Aerospace, MT Propellers, Garmin, Collins Aerospace e diversos outros fabricantes, além da Textron Aviation. Especializada também na venda e importação de aeronaves, peças e acessórios para pilotos, a companhia é a única oficina brasileira em que os donos e diretores são especialistas em aviação, acompanhando e coordenando cada etapa da venda, manutenção e entrega da aeronave. “A Quick Aviação é uma empresa de manutenção aeronáutica referência no Brasil. Para nós, é uma grande satisfação ter uma companhia deste quilate no Antares”, reitera Rodrigo Neiva, diretor comercial do novo polo aeroportuário.

“A dor do segmento aeronáutico no Brasil, é essa: ter um local com segurança jurídica para se instalar e trabalhar tranquilamente a vida toda. E o Antares foi feito para atender a essa necessidade. Somente na fase de pré-lançamento, cerca de 22 mil m² já foram comercializados. Superou nossas expectativas”, complementa Rodrigo.

Fênix Aviação, Grupo Tecnoseg, Grupo H. Egídio e Sementes Santa Fé, entre outros investidores, também estão entre os nomes que já garantiram espaço no empreendimento, que tem entre os diferenciais justamente a possibilidade de aquisição dos lotes, o que não acontece hoje nos demais aeroportos do país. O Antares ainda tem atraído diversas empresas em virtude da sua proposta inédita de criar uma rede de serviços para aviação, ancorado por um aeroporto da aviação geral, e pelos incentivos fiscais já garantidos.

Graças a uma lei de incentivo aprovada junto à prefeitura de Aparecida de Goiânia, município onde está sendo construído o polo aeronáutico, as empresas instaladas no Antares pagarão 2% de ISS (Imposto sobre Serviços) por 20 anos, enquanto o valor chega a 5% em outras cidades. Além disso, terão três anos de isenção no ITU (Imposto Territorial Urbano) e alíquota reduzida do IPTU (Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbano), variando de 70% a 92% de redução neste período.

Capitaneado pelas empresas goianas Tropical Urbanismo e Incorporação, Innovar Urbanismo, RC Bastos Participações, CMC Industrial e Energia e BCI Empreendimentos e Participações, o Antares

Polo Aeronáutico promete inserir de vez o estado de Goiás no mercado de aviação executiva do País. Com investimento total de R\$ 100 milhões, o aeroporto abrangerá uma área de 209 hectares, ou 2.096 milhões de m², e pista de 1.800 metros, que será capaz de receber até um Embraer 195 para manutenção.

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 07/01/2021

FERROVIA DO PORTO DE SANTOS PODE SER MODELO PARA O BRASIL

Editorial Portogente

O trem é o meio de transporte ideal para transpor a íngreme Serra do Mar, entre o Porto de Santos e o planalto, no percurso da sua ampla hinterlândia.

A vitória do presidente Joe Biden muda a relação de poder no mundo e afeta o aquecido clima político brasileiro. Por isso, serão necessários desenvolvimento e habilidade para mediar uma sociedade atormentada por uma pandemia e pelo desemprego. A reforma dos portos é um projeto essencial no processo de reversão dessa aflição social.



https://portogente.com.br/images/Dad_07JAN2021.jpg

Porto de Hamburgo - Alemanha.

O Conselho Editorial do Portogente, do qual fazem parte mais de cem diletantes da logística portuária, é o lugar de maior competência mundial para debater o Porto de Santos. Títulos acadêmicos, currículos, experiências e paixão constituem um think tank que tem refletido intensamente a Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), uma proposta do Ministério da

Infraestrutura (MInfra) que põe o carro na frente dos bois.

Do que se sabe, o processo de desestatização do Porto de Santos segue de vento-em-popa. Portanto, o debate da FIPS necessita resultar uma proposta inovadora, que agregue valor ao trabalho da DTA Engenharia, vencedora do leilão do projeto da reforma da administração do porto. Nesse sentido, como já anunciado, Portogente vai ampliar esse debate através do Webinar Modelo da Ferrovia Interna do Porto de Santos.

Por outro lado, o presidente do Porto de Santos visitou pela primeira vez um porto, para ocupar o seu atual cargo. E mais, há uma enorme diferença entre as atividades de desvios ferroviários de um porto e a malha externa. Além de ser parco o linguajar da Faria Lima - a avenida paulistana dos negócios aos quais é afeto esse presidente - para retratar a ferroviária do porto do rodoviário, das programações de navios e da capacidade de recepção e expedição de terminais.

Com independência e posicionamento estruturado, Portogente irá apresentar oficialmente uma proposta para a Fips, respondendo à consulta pública da Autoridade Portuária. O Webinar da Fips, no dia 19 de janeiro próximo, é o primeiro passo dessa caminhada.

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 07/01/2021

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE - DF

INICIADA CONSULTA PÚBLICA DE CONCESSÃO DA FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA

A consulta pública para a prorrogação antecipada do contrato da Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) começa nesta quarta-feira (6/1) e vai até as 18h do dia 19 de fevereiro, segundo nota publicada pelo Ministério da Economia. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizará a Audiência Pública nº 12/2020 no dia 3 de fevereiro deste ano, por meio digital.

“Entre os principais benefícios esperados com a prorrogação, por mais 30 anos, do contrato de concessão atual — que terminará em 31 de agosto de 2026 — estão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e aumento de capacidade, bem como a própria antecipação desses investimentos, que somente ocorreriam a partir de 2027, com uma nova concessão”, afirmou a pasta de Economia, por meio de nota.

Ainda segundo o Ministério, no processo de prorrogação antecipada da concessão poderão ser adicionados, como obrigação por parte da concessionária, novos investimentos na própria malha ou em outras intervenções na malha ferroviária nacional como alternativa à parte do valor de outorga a ser paga à União.

Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. conseguiu a concessão da Malha Centro-Leste por meio de um leilão realizado em junho de 1996. A concessão foi efetivada pelo Decreto Presidencial de 26 de agosto do mesmo ano e, um mês depois, a empresa iniciou a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas.

Em 2019, as principais mercadorias movimentadas pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. foram soja em grão, minério de ferro, açúcar, milho, calcário siderúrgico, bauxita, enxofre, entre outras. A malha ferroviária possui 7.215 quilômetros de extensão e cruza os estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, além do Distrito Federal.

Fonte: Correio Braziliense On-line

Data : 07/01/2021



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DF

DEPUTADOS LIBERARAM NAVIOS ESTRANGEIROS NO TRANSPORTE ENTRE PORTOS BRASILEIROS

Reportagem - Eduardo Piovesan - Edição - Cláudia Lemos

Projeto permite aumento progressivo do uso de embarcações de outros países e prevê regras para contratação de trabalhadores



<https://www.camara.leg.br/midias/image/2021/01/img201706261544195665973-768x498.jpg>

Ivan Bueno/Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

Proposta elimina obrigação de contratar construção em estaleiros brasileiros

Em plena pandemia, a Câmara dos Deputados adaptou seu sistema de votação em Plenário para viabilizar a tramitação das propostas. Com as mudanças, os deputados aprovaram 180 projetos em 2020, o maior número da década.

Ao aprovar o Projeto de Lei 4199/20, do Poder Executivo, a Câmara dos Deputados liberou progressivamente o uso de navios estrangeiros na navegação de cabotagem (entre portos do mesmo

país, ao longo da costa) sem a obrigação de contratar a construção de embarcações em estaleiros brasileiros. O texto foi enviado ao Senado.

A partir da publicação da futura lei, as empresas poderão afretar uma embarcação a casco nu, ou seja, alugar um navio vazio para uso na navegação de cabotagem.

Depois de um ano da vigência da lei, poderão ser dois navios; no segundo ano de vigência, três navios; e no terceiro ano da mudança, quatro navios. Daí em diante, a quantidade será livre, observadas condições de segurança definidas em regulamento.

Trabalhadores

Em qualquer situação de afretamento prevista no projeto, os contratos de trabalho dos tripulantes de embarcação estrangeira afretada seguirão as normas do país à qual pertence a bandeira usada pelo navio.

As empresas operadoras deverão seguir ainda regras internacionais, como as estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e também a Constituição Federal, que garante direitos como 13º salário, adicional de 1/3 de férias, FGTS e licença-maternidade.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Data : 07/01/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SUPERINTENDENTE DA PORTOS RS, FERNANDO ESTIMA, RECEBEU A VISITA DO CAPITÃO DE MAR E GUERRA, REINALDO LUÍS LOPES DOS SANTO

Fonte de informação: Portos do Rio Grande do Sul (7 de janeiro de 2021)



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/952_1-768x380.jpeg

Foto: Portos RS

Nesta quarta-feira, 06, o superintendente da Portos RS, Fernando Estima, recebeu a visita do Capitão de Mar e Guerra Reinaldo Luís Lopes dos Santos. O propósito da visita foi apresentar o novo Capitão dos Portos Cláudio Vieira da Silva, que

assumirá no dia 11 de janeiro.

Durante a visita houve a troca de informações com o Capitão que está chegando, e também o superintendente aproveitou para agradecer todo trabalho realizado sob o comando do capitão Reinaldo. Entre os desafios enfrentados sob sua gestão destacaram-se os problemas com o vazamento de óleo que ocorreu em novembro de 2019 na embarcação Dimitris L. Um dos pontos positivos do ano de 2020 foi a homologação do calado do Porto do Rio Grande.

Acompanharam também a visita os diretores da Portos RS Jeferson Dutra, Diretor de Infraestrutura e Operações, e Henrique Ilha, Diretor de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 07/01/2021

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM AUMENTO DE 41,92% NO FATURAMENTO EM 2020

Fonte de informação Governo de Santa Catarina (7 de janeiro de 2021)



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/porto_de_sao_francisco_202101_06_1972009592.jpeg

Foto: Divulgação / SCPar PSFS

A SCPar Porto de São Francisco do Sul obteve um crescimento de 5,87% na movimentação geral em 2020, comparando ao mesmo período de 2019. Foram movimentadas 11.924.787 toneladas contra 11.263.902 no ano anterior.

Entre as principais mercadorias o destaque é a soja, com crescimento de 33,13%, bem acima do acréscimo

nacional, que foi de 12,10%.

Esse resultado repercutiu expressivamente no faturamento do Porto, fechando o ano de 2020 com uma receita total de R\$ 100.627.473,93, o que representa um aumento de 41,92% sobre o faturamento de 2019, que foi de R\$ 70.901.781,80.

“Os resultados obtidos em 2020 espelham o comprometimento da SCPar Porto de São Francisco do Sul S/A com a melhora operacional, com evidentes ganhos de eficiência e produtividade”, comenta o diretor-presidente da SCPar PSFS, Fabiano Ramalho.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 07/01/2021

PORTO DE ILHÉUS FECHA 2020 COM DESINFECÇÃO CONTRA CORONAVÍRUS

O Comando Conjunto das Forças Armadas realizou a última operação de 2020 para a desinfecção do Porto Organizado de Ilhéus. A ação faz parte das medidas adotadas pela CODEBA para prevenção e combate da COVID-19, como previsto no Protocolo de Enfrentamento da pandemia.

Protegidos com EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) específicos para este tipo de trabalho, os militares priorizaram as áreas de maior circulação. Para a desinfecção foram utilizados hipoclorito de sódio e álcool 70%.

Esta foi a segunda ação de 2020. Em agosto, durante a primeira desinfecção do Porto, o Comando Conjunto capacitou funcionários da limpeza para que estejam qualificados e possam repetir a desinfecção sempre que necessário.

Formado pela Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira, o Comando Conjunto Bahia atua apoiando órgãos de saúde e segurança em todo o Estado, com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia.

Ao longo do ano passado, a mesma operação foi realizada também nos Portos de Salvador e Aratu-Candeias.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 07/01/2021

ISTOÉ
Dinheiro
ISTOÉ - DINHEIRO

Faesf diz que ainda precisa analisar decreto do governo de SP sobre ICMS

FAESP DIZ QUE AINDA PRECISA ANALISAR DECRETO DO GOVERNO DE SP SOBRE ICMS

São Paulo, 7 – Mesmo que o governo de São Paulo tenha voltado atrás com relação à decisão de aumentar a cobrança de ICMS para insumos agrícolas, ainda é preciso analisar o decreto que será publicado, diz o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), Tirso Meirelles, ao Broadcast Agro, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Ele afirma que é por isso que o tratoração – manifestação de produtores rurais contra o aumento – aconteceu nesta quinta-feira, mesmo depois de o governo dizer que voltou atrás. “Uma coisa é falar, outra é o que está escrito. Temos que aguardar e fazer as avaliações.”

O executivo diz que, caso a publicação do Diário Oficial mostre o que foi acertado em reunião na quarta à noite – que sejam zeradas as cobranças sobre leite pasteurizado e cru, hortifrutigranjeiro (incluindo ovos), energia elétrica e insumos -, será uma boa notícia. “Se trouxer o que o governador nos falou, é positivo”, disse Meirelles, ressaltando que esta semana o governador João Doria (PSDB) assumiu a negociação, que antes estava designada aos secretários. “Ele tirou os burocratas do processo e verificou a gravidade que seria esse aumento, especialmente em época de pandemia.”

Meirelles estima que o tratoração tenha acontecido em 135 locais, mas que tenha movimentado em torno de 500 municípios. “Em Barretos, por exemplo, compareceram pessoas de outras sete cidades.” Ele diz que a manifestação foi feita em coordenação com a Polícia Militar em cada município, e que até o momento não há registro de problemas. “Foi pacífico, nós não interrompemos o fluxo. Só explicávamos que um eventual aumento de preços dos produtos seria por causa do imposto, e não do produtor rural.”

O movimento também mostrou a união do setor, diz ele. “Nós recebemos apoio de praticamente todas as federações e Estados.” As próximas reivindicações, segundo Meirelles, serão medidas para garantir a saúde do produtor em meio à pandemia da covid-19. “Vamos fazer trabalho de testagem, como já fizemos as máscaras.” Em seguida, ele espera trabalhar para implantar o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (Prada), em que o produtor demonstra as medidas que tomará para adequar sua propriedade ao Código Florestal. “Ao fazer isso, trabalhamos, por exemplo, para não ter queimada na entressafra, como tivemos recentemente.”

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 07/01/2021

PELOS ‘MAIS POBRES’, LIRA PEDE REORGANIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA

Discurso do deputado vai de encontro com a desistência do governo de criar o Renda Cidadã, programa de renda básica em substituição ao Bolsa Família

O candidato do governo à presidência da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), publicou no Twitter que, diante da crise econômica, os programas de renda mínima devem ser reorganizados visando as populações carentes. Na publicação, Lira diz que “precisamos cuidar dos mais pobres reorganizando os programas de renda mínima, mas sem abrir mão da austeridade fiscal e do teto de gastos. A demagogia fiscal sempre custa caro para o País e em especial para os mais pobres”, escreveu.

O discurso do deputado, no entanto, vai de encontro com a desistência do governo de Jair Bolsonaro de criar o Renda Cidadã, programa de renda básica em substituição ao Bolsa Família. O projeto tinha como objetivo a proteção da parcela mais vulnerável da população, logo após o fim do auxílio emergencial, mas sem que a medida colocasse em risco o teto de gastos.

Sem acordo, governo e líderes do Congresso descartaram, em dezembro, a criação de um novo programa de distribuição de renda e o governo afirmou também que não haveria a prorrogação do auxílio emergencial. Em compensação, houve o anúncio de uma eventual ampliação do Bolsa Família.

Como o Estadão/Broadcast antecipou, o governo prepara uma medida provisória para reestruturar o Bolsa Família dentro do orçamento de R\$ 34,8 bilhões já reservado para 2021. A ideia é unificar benefícios já existentes no programa, reajustar os valores e criar novas bolsas: por mérito escolar, esportivo e científico. Nesse desenho, 14,5 milhões de famílias seriam contempladas, pouco mais de 200 mil acima do número atual (14,3 milhões). O texto, porém, ainda está sendo trabalhado pelos ministérios e precisa ser validado pelo presidente Bolsonaro.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 07/01/2021

GOVERNO DE SP ATENDE PARTE DAS REIVINDICAÇÕES DO AGRO, MAS TRATORAÇÃO ESTÁ MANTIDO

São Paulo, 7 – A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) informou na noite desta quarta-feira, 6, que o governo do Estado de São Paulo atendeu parte das reivindicações do agronegócio e voltou atrás com relação à decisão de aumentar a cobrança de ICMS para insumos agrícolas.

“O governo do Estado atendeu parte das propostas do agronegócio, mas outros pleitos importantes ficaram de fora: energia elétrica, leite pasteurizado e hortifrutigranjeiros, esses dois últimos fundamentais nas cestas básicas”, afirmou a Faesp, em comunicado. Esses aumentos no ICMS ainda causam grandes impactos no agronegócio paulista, principalmente para os pequenos produtores rurais, que representam 78% do Estado, e para a sociedade como um todo, acrescentou.

Apesar do anúncio do fim do aumento no ICMS de insumos agrícolas, a Faesp disse que o “tratoração”, organizado para esta quinta-feira, dia 7, a partir das 7h, está mantido. A manifestação, apoiada pela Faesp, será realizado em cerca de 300 cidades paulistas, e reunirá perto de 100 sindicatos rurais, associações e cooperativas.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 07/01/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MINAS GERAIS TERÁ ISENÇÃO DE ICMS PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SOLAR

Estímulo sancionado nesta quinta (6) cobre outras fontes de energia e GNV

Por Guilherme Serodio - 7 de janeiro de 2021 - Em Setor elétrico, Solar

RIO – O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), sancionou nesta quinta (7) a lei que isenta da cobrança de ICMS os equipamentos, peças, partes e componentes utilizados na instalação de micro e mini sistemas de geração distribuída de energia elétrica no estado. Na prática, é um estímulo principalmente para a instalação de painéis de energia solar fotovoltaica, já é o estado é o principal mercado do país.

A lei 23762/2021, sancionada sem vetos, define que o estado poderá dar essa isenção de ICMS para geração distribuída solar, reduzindo a alíquota até 0%, após acordo aprovado pelo Confaz.

Define como microgeração distribuída a central geradora com potência instalada menor ou igual a 75kW, que realize cogeração qualificada ou use fontes renováveis de energia, conectada na rede de distribuição. A minigeração distribuída é definida para sistemas com 75kW e 5 mil kW de potência, sob as mesmas condições.

Poderá eventualmente beneficiar usinas termoeletricas a biogás, sistema típico de áreas rurais, a cogeração de energia a partir de biomassa ou até mesmo pequenas usinas hidroeletricas, se enquadradas nos critérios de mini ou microgeração distribuidora.

O texto sancionado ainda garante isenção de IPVA para veículos movidos a gás natural veicular (GNV), fabricados no estado, no ano seguinte à sua aquisição.

Minas Gerais é o segundo polo automobilístico do país e foi responsável por 13% da produção nacional de veículos em 2018.

“Dentre as principais âncoras do setor, destacam-se a Fiat, que opera em Betim desde 1976, a Mercedes-Benz, que se instalou em Juiz de Fora em 1999, e a Iveco, que está em Sete Lagoas desde 2000”, informa o Indi (Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais), a agência de promoção de investimento do estado.

Originalmente, a proposta debatida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no PL 4054/2017 previa isenção de ICMS apenas para equipamentos e peças usados para geração de energia solar fotovoltaica.

Mas um substitutivo proposto pelo deputado Bruno Engler (PRTB) estendeu a vantagem tributária a todas as fontes renováveis. O deputado também garantiu a isenção de IPVA a veículos movidos a gás natural, o que não era tema do PL original.

A nova lei entra em vigor com a publicação no Diário Oficial desta quinta (7)

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 07/01/2021

APOSTA DE TRUMP, LEILÃO DE PETRÓLEO NO ÁRTICO FRACASSA

Por Guilherme Serodio - 7 de janeiro de 2021 - Em Internacional, Meio ambiente, Petróleo e gás

RIO – O leilão de petróleo promovido pelo governo republicano de Donald Trump com áreas no Círculo Polar Ártico, no estado americano do Alasca, arrecadou apenas US\$ 14 milhões com lances promovidos por duas empresas privadas novatas e uma estatal sem experiência em liderar projetos de exploração.

Em meio a corte de gastos devido à crise mundial provocada pela pandemia de covid-19, protestos de moradores e ambientalistas no Alasca e incertezas regulatórias com a sucessão presidencial que ocorrerá dentro de menos de 20 dias, as grandes empresas do setor ficaram de fora da disputa promovida pelo governo federal.

Ao todo, o leilão conseguiu lances em 11 apenas arrendamentos – a metade das áreas oferecidas – para permitir a exploração em cerca de 223 mil hectares e envolveu áreas costeiras do refúgio de vida selvagem Arctic National Wildlife Refuge.

A área é considerada sagrada por populações nativas do Alasca, mas estima-se que possua reservas de até 11 bilhões de barris de óleo.

A disputa teve como ganhadoras as companhias Knik Arm Services LLC e Regenerate Alaska Inc., além da estatal Alaska Industrial Export and Development Authority, controlada pela administração estadual.

Coube à estatal fazer os lances mais altos ao desembolsar US\$ 12 milhões pela maior parte das áreas. A empresa não tem qualquer experiência em capitanear projetos de exploração. As privadas Knik e Regenerate fizeram ofertas de US\$ 1,6 milhão e US\$ 771 mil, respectivamente.

A principal ameaça à exploração na região vem das promessas do presidente eleito, Joe Biden, de promover uma guinada sustentável na produção de energia no país e restringir ainda mais as emissões de gases do efeito estufa.

Biden pode não conseguir cassar as licenças de exploração – que a administração Trump tenta emitir antes da posse, marcada para 20 de janeiro -, mas seu governo pode evitar a concessão de outras licenças que venham a ser demandadas para viabilizar a exploração na região.

Fracasso anunciado

Analistas do setor previam, há meses, que haveria pouco interesse pelas áreas. Larry Persily, que foi diretor da agência federal Alaska Natural Gas Transportation Projects durante da presidência de Barack Obama, afirmou que o leilão foi uma falência e disse apostar que ninguém vai ver petróleo ser extraído na região.

Para ele, embora a exploração na região siga sendo um sonho para alguns políticos, ela já está fora do interesse do setor.

À Bloomberg, o analista Jenny Rowland-Shea, do Center for American Progress, classificou o leilão como um grande fracasso.

A permissão para exploração da área foi dada pelo Congresso em 2017 como uma forma de compensar cortes de impostos massivos promovidos pela administração Trump.

Então comandado por maioria do partido republicano, o parlamento havia autorizado dois leilões na região. O segundo está previsto para ocorrer em 2024.

Mas ativistas ambientais seguem lutando para impedir a exploração das áreas, inclusive na Justiça, mas também com campanhas e abaixo-assinados. Adam Kolton, diretor da organização ambientalista Alaska Wilderness League, afirmou que os políticos republicanos do estado que apoiaram o leilão com a promessa de criar milhares de empregos e reduzir a dependência de combustível estrangeiro promoveram um fracasso épico.

“Eles acabaram dando uma festa para eles, com o estado sendo um dos únicos licitantes”, disse em comunicado, citando a atuação da Alaska Industrial Export and Development Authority no leilão.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 07/01/2021

DEPUTADO QUER LEI PARA GARANTIR ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE XISTO NO PARANÁ

Por Guilherme Serodio - 7 de janeiro de 2021 - Em Petróleo e gás, Royalties

O deputado Filipe Barros (PSL/PR) apresentou dois projetos de lei para garantir o pagamento de royalties referentes à produção de xisto betuminoso no Paraná, atividade atualmente regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O Paraná é o único estado produtor de xisto do Brasil – não confundir com o shale gas ou shale oil, incorretamente traduzido por aqui como “gás de xisto” ou “óleo de xisto”, quando o correto é gás e óleo de folhelho.

Filipe Barros quer alterar a Lei do Petróleo para definir que caberá exclusivamente à ANP o controle, regulação da exploração e fiscalização dos royalties do xisto betuminoso.

Em outro projeto, define o Tribunal de Contas da União (TCU) como o órgão responsável por definir, com auxílio do IBGE, as linhas de projeção dos limites territoriais dos estados e municípios produtores e que, portanto, serão beneficiados pelos pagamentos.

O conteúdo dos projetos de Filipe Barros já foi apresentado em 2014 pelo ex-deputado Alfredo Kaefler (PSC/PR).

O texto foi aprovado nas comissões da Câmara de Integração Nacional (CINDRA) e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEIC). Mas ficou travado na Comissão de Minas e Energia por quatro anos. Em 2019, a matéria foi arquivada com a mudança de legislatura e a não reeleição de seu autor.

Petrobras tenta acordo com o governo

Nas duas propostas, o deputado lembra a pendência de mais de 27 anos que envolve a Petrobras e o pagamento de royalties de petróleo de xisto betuminoso ao estado do Paraná.

A empresa é a única a utilizar o material, na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), em São Mateus do Sul. Ao contrário da produção convencional de óleo, por meio da perfuração de poços, o xisto paranaense é minerado e processado na refinaria por um processo de pirólise criado pela Petrobras.

Além de óleos combustíveis, a SIX produz outros derivados para atendimento ao mercado local e também já foi usada para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos. Atualmente, a SIX está sendo vendida no pacote de oito refinarias que Petrobras pretende liquidar a partir deste ano.

Em dezembro, o político epbr noticiou que a Petrobras apresentou ao Ministério de Minas e Energia (MME) uma proposta de acordo para resolução da controvérsia envolvendo o aproveitamento econômico do xisto betuminoso no projeto SIX.



<https://epbr.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Modelo-de-negocio-da-SIX-no-Parana-refinaria-de-xisto-da-Petrobras-esta-a-venda-imagem-por-Petrobras.png>

A SIX é uma operação verticalizada de mineração e processamento do minério de xisto betuminoso (fonte: Petrobras)

No documento, que ainda precisa ser aprovado pela diretoria da estatal e passar por consulta pública para aprovação pelo estado do Paraná e município de São

Mateus do Sul, a Petrobras propõe:

- A assinatura de um contrato de concessão no nome da empresa, que poderá ser cedido a compradores, com alíquota de royalty de 5%, tendo como escopo as atividades de lavra de xisto, em substituição à autorização hoje existente. Pela Lei do Petróleo, a alíquota sobre a produção de óleo varia de 5% a 10% no regime de concessão;
- Manter o regime de autorização para a planta industrial;
- A empresa pagará valor referente aos royalties de 5% de 2002 a 2012, em torno de R\$ 175 milhões, sem juros, multas e mora, mas com atualização monetária;
- Haverá o reconhecimento da alíquota de 5% de royalties a partir de 2013, quando a ANP passou a exigir a cobrança;
- A Petrobras abrirá mão da demanda judicial sobre a natureza da atividade, mas será mantida a controvérsia sobre a alíquota entre 5% e 10%, entre 2002 e 2012, aplicando-se as mesmas condições do acordo quanto ao pagamento – sem juros, multas e mora, mantendo o montante de R\$ 175 milhões em discussão judicial (adicional ao pagamento proposto sobre os royalties até 5%).

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 07/01/2021

EXXONMOBIL RECEBE LICENÇA PARA CAMPANHA DE PERFURAÇÃO NO PRÉ-SAL

Por epbr - 7 de janeiro de 2021 - Em Mercado offshore, Newsletter Comece seu Dia

*Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo.gaudarde@epbr.com.br*

em jogo

A ExxonMobil recebeu a licença ambiental para iniciar a campanha de perfuração em blocos com potencial para descobertas no pré-sal nas bacias de Campos e Santos.

— Projeto prevê perfuração de dois poços firmes e quatro contingentes aos resultados da campanha. Ao todo, a empresa mapeou 15 possíveis locações nos blocos BM-C-753, BM-C-789 (ambos em Campos), BM-S-536, BM-S-647 e Titã (os três em Santos).

— A licença do Ibama é válida por quatro anos, mas o cronograma preliminar prevê uma campanha com dois a três anos de duração, considerando a realização de testes de formação nos poços.

— A ExxonMobil contratou a sonda West Saturn, da Seadrill, que já está no Brasil. A área total dos blocos é de aproximadamente 3,2 mil km², com lâmina d'água entre 2,6 mil e 3,1 mil metros. O ponto mais próximo fica a cerca de 200 km da costa.

As áreas foram contratadas em 2018. Em Campos, o consórcio liderado pela ExxonMobil (40%), em parceria com Petrobras (30%) e QPI (30%), pagou R\$ 3,2 bilhões de bônus de assinatura pelos C-M-753 e C-M-789.

— Em Santos, a ExxonMobil detém 64% dos blocos S-M-536, S-M-647 e Titã, em parceria com a QPI (36%) – as concessões foram arrematadas por R\$ 214 milhões e Titã, sob regime de partilha de produção, rendeu R\$ 3,1 bilhões em bônus, com excedente em óleo para a União de 23,5%.

Caos nos EUA. Presidentes, conselheiros e importantes executivos – entre eles, grandes apoiadores de Donald Trump –, correram nesta quarta (6) para condenar o ataque ao Congresso dos EUA, em uma tentativa frustrada de golpe dos apoiadores do presidente republicano derrotado nas urnas em novembro.

— Em comunicado, a Business Roundtable afirmou que o caos foi provocado pelos “esforços ilegais para derrubar uma eleição democrática”.

— Por fim, as objeções foram derrubadas e a eleição de Joe Biden, ratificada. Os democratas e parte dos republicanos querem remover Trump do cargo, chocados com a incitação promovida pelo ainda presidente no comício que antecedeu a invasão do Congresso – terminou com quatro mortes, uma delas dentro do prédio legislativo.

— Os americanos estão votando desde setembro, passando pela noite das eleições em novembro e o segundo turno para a escolha dos senadores da Georgia nesta quarta (6), que garantiu ao Biden o controle virtual do Senado – com 50 senadores de cada partido, o empate favorece o governo.

Óleo sobe com estoques dos EUA. O petróleo fechou em alta nessa quarta (6/1). Investidores seguiram repercutindo o corte na produção pela Arábia Saudita, e os preços ainda ganharam impulso após o Departamento de Energia (DoE, sigla em inglês) dos EUA informar queda bem maior que o projetado por analistas dos estoques da commodity no país na semana passada.

— O Brent para março avançou 1,31%, cotado a US\$ 54,30 o barril. E o contrato do WTI para fevereiro subiu 1,40%, a US\$ 50,63 o barril, retomando o nível de US\$ 50, que na última segunda-feira havia sido atingido pela primeira vez desde fevereiro de 2020. Investing.com, com Estadão

A XP investimentos elevou os preços-alvo das ações da Petrobras, com base nas novas projeções para a curva futura de preços do petróleo no mercado internacional.

— O preço-alvo para os papéis preferenciais e ordinários da companhia foi revisto de R\$ 32 para R\$ 35 para um horizonte de 12 meses – um potencial de ganho de 15,1% para a ON e de 16,5% para a PN, na comparação com a cotação da petroleira no fechamento do pregão de terça (5/1). Já o preço-alvo para as ADRs PBR/PBR-A foi revisto de US\$ 12 para US\$13 o papel.

— A XP também elevou as projeções de preços do barril do Brent para 2021, de US\$ 48,19 para US\$ 52,96. Para 2022, a previsão foi revista de US\$ 48,28 para US\$ 51,03 o barril. Valor Investe

Petrobras contrata AHTS A Petrobras lançou uma licitação para o afretamento de uma ou mais embarcações do tipo AHTS nessa quarta (6/1). A abertura das propostas está prevista para 27 de janeiro, com o início da disputa na manhã do dia seguinte (28/1).

– O edital está disponível no portal Petronect, que também receberá as propostas.

Sem direito a royalties. A ANP obteve acórdão favorável no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) em ação movida pelo município de Porto do Mangue (RN), que solicitava receber royalties por supostas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural em seu território. O entendimento do TRF5 foi o de que o município não faz jus a esse pagamento.

Alívio na escassez. CMSE manteve a necessidade de despachos termoelétricos para atender a demanda por energia neste momento de reservatórios hidroelétricos em baixa, mas o cenário de curto prazo permitiu limitar os despachos a 6.500 MW médios, a partir da próxima semana operativa, em 9 de janeiro de 2021.

— “A medida privilegia o uso dos recursos termelétricos mais baratos, conforme necessidade, concomitantemente à esperada recuperação do armazenamento dos principais reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste e Sul ao longo da estação chuvosa em curso”, explicou o MME.

Térmicas lideram expansão elétrica. A Aneel liberou 4.932 MW para operação comercial em 2020, quase 20% a mais do que a meta inicial prevista pela agência para o ano, de 4.112,43 MW.

— A fonte termelétrica liderou a expansão: foram 63 usinas, somando 2.235,1 MW – 45,3% da potência instalada no ano. Em segundo lugar ficaram as eólicas, somando 1.725,8 MW em 53 usinas, seguidas das usinas solares, que totalizaram 793,2 MW de 21 plantas.

— A liderança termelétrica se deveu à liberação para operação, em março, da UTE Porto de Sergipe I, em Barra dos Coqueiros (SE), de 1.515,64 MW. Essa potência fez Sergipe liderar o ranking da capacidade elétrica a entrar em operação comercial, seguido de Piauí (1.180,21 MW), Rio Grande do Norte (641,83 MW), Bahia (539,76 MW) e Amazonas (230,49 MW).

— O Brasil terminou 2020 com a capacidade instalada de 174.412,6 MW, de acordo com dados do Sistema de Informações de Geração (Siga) da Aneel. As hidrelétricas representam 58,56% do total em operação, seguidas das térmicas (25,24%) e das eólicas (9,64%).

- Caso tenha perdido, vale a leitura: Como 2020 se consagrou o ano dos extremos para a segurança de suprimento do SIN, artigo de Yasmina El-Heri e Mariana Rodrigues, da equipe de Regulação da GNA – Gás Natural Açú.

Biogás no DF. O governo do Distrito Federal criou um grupo de trabalho para criar um marco regulatório para produção, distribuição e comercialização de biogás/biometano no DF. A ideia é transformar usinas de compostagem em usinas de tratamento mecânico-biológico (UTMB), contratadas em parceria público-privada (PPP), com investimento estimado de R\$ 600 milhões.

— As UTMBs são uma das etapas do Programa de Encerramento do Lixão da Estrutural, iniciado em 2016. De acordo com o GDF, os estudos técnicos para instalar esse tipo de usina estão em finalização, e a expectativa é lançar o edital de licitação para contratar a PPP até o fim do ano.

— A meta é ampliar o tratamento de resíduos sólidos urbanos de 30% para 94%, com geração de biogás, aumento da reciclagem e redução de material aterrado. Canal Energia

Venda da NBTE. A Eletronorte vai contratar uma assessoria para avaliar a venda de sua participação na Norte Brasil Transmissora de Energia (NBTE), proprietária do linhão que conecta as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, à região Sudeste. O edital de licitação para contratação foi publicado no Diário Oficial da União dessa quarta (6/1).

— A licitação também envolverá apoio a avaliações sobre eventual aquisição, pela Eletronorte, das ações detidas pela Eletrobras na Norte Energia, grupo que reúne os sócios da hidrelétrica de Belo Monte, de 11,2 mil MW de capacidade, no Pará.

— A Eletronorte possui 49% da NBTE, que tem como principal acionista a Evoltz Participações, criada pela norte-americana TPG Capital em 2018 para reunir ativos de transmissão comprados da espanhola Abengoa no Brasil.

— Na Norte Energia, a Eletronorte possui 19,98%, enquanto a Eletrobras detém 15%. A Chesf, que também é subsidiária do grupo estatal de energia, tem 15%. Reuters

LT antecipada. Com 13 meses de antecedência, a Equatorial Energia colocou em operação, no fim de dezembro, o último trecho da SPE 07, a linha de transmissão Marituba-Castanhal C1, em 230 kV, no Pará. A LT representa R\$ 13,9 milhões em Receita Anual Permitida (RAP), equivalente a 13,69% do total da SPE 07.

— O contrato de concessão da SPE 07 foi assinado em 10 de fevereiro de 2017. O projeto compreende a linha de 500 kV Vila do Conde-Marituba, incluindo duas partes, em 230 kV, da linha Guamá-Utinga, além da LT Marituba-Castanhal e a subestação de Marituba, totalizando aproximadamente R\$ 100 milhões de RAP.

— Atualmente a Equatorial possui sete empreendimentos, incluindo a Intesa, que totalizam R\$ 793 milhões de RAP operacional.

Captação da Light. A Light se prepara para lançar uma oferta de ações de mais R\$ 3 bilhões, na qual a Cemig deve vender o restante de sua participação na empresa, de 22,6%, disseram à Reuters duas fontes com conhecimento do assunto.

— A oferta, parte primária e parte secundária, vem em meio a um plano de desinvestimentos da Cemig, que tem buscado vender ativos para reduzir dívidas. A Light também planeja usar os recursos obtidos com a parcela primária da oferta para reduzir dívidas.

— As ações da Light desabaram quase 70% depois da pandemia, mas já se recuperaram e são negociadas atualmente em níveis próximos aos vistos antes da crise do coronavírus.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 07/01/2021

SUPERVISÃO E TRANSPARÊNCIA: LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O SETOR DE GÁS NATURAL BRASILEIRO

Por Heloisa Borges Esteves (EPE) e Fernanda Delgado (FGV Energia)

Por epbr - 7 de janeiro de 2021 - Em Artigos e opinião, Sim, elas existem

Estamos diante de um processo de transição energética, e diante da necessidade de alinhamento desta busca por segurança energética aos esforços de combate às mudanças climáticas e à

preservação do meio ambiente, desenvolver a indústria de gás natural se mostra cada vez mais essencial para o Brasil.

O setor energético tinha pautas importantes antes da crise sanitária do COVID-19 que permanecem absolutamente válidas e necessárias. São reformas que permitirão um salto de credibilidade no ambiente para investimentos, promovendo um melhor uso dos recursos energéticos nacionais sob desenhos de mercados competitivos. Entretanto, o processo de transição para um mercado plural e competitivo não acontece do dia para noite.

Ao longo dos anos 1990 a indústria de gás natural mundial passou por intenso processo de transformação, com diversos países promovendo mudanças em seus arcabouços legais e regulatórios em busca de mercados mais eficientes e dinâmicos. Entretanto, embora a experiência internacional indique que este processo pode durar de 10 a 15 anos, há urgência em destravar o nó da competitividade do gás natural no Brasil. A abertura do mercado de gás, a multiplicidade de agentes e o estabelecimento de novos polos consumidores, podem ajudar a revelar novas demandas de gás natural e, com isso, contribuir para a expansão da malha. Mas precisamos ir além.

E para qualquer nova implementação de processo, sistema ou modelo, cabe avaliar o que já existe de concreto no mundo. Experiências progressas são sempre bem-vindas como uma revisão bibliográfica, uma pesquisa de benchmarking, uma análise de análogos para pautar o que já existe e apoiar o novo. E para o mercado de gás brasileiro não seria diferente.

Nesse momento pandêmico e transacional, há lições importantes que o Brasil pode tirar da experiência norte-americana sobre a abertura e inserção de competitividade a partir do Novo Mercado de Gás e da aprovação da Lei do Gás.

Em 29 de outubro de 2020, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), juntamente com o Ministério de Minas e Energia e o Department of Energy (DOE) realizaram o Webinar USBEF – UNITED STATES BRAZIL ENERGY FORUM, Supervisão e Transparência para um mercado aberto e competitivo. O evento tratou das lições da experiência norte-americana no setor de gás natural, que podem ser absorvidas para o ambiente brasileiro de phase out de um mercado monopolista para um mercado aberto e competitivo.

O óleo do pré-sal traz uma expressiva quantidade de gás associado. A previsão da EPE (2019) aponta que a produção líquida de gás no país praticamente dobrará em dez anos – saindo de 72,7 milhões de m³/dia em 2021 para 140,3 milhões de m³/dia em 2030. O principal driver deste aumento na próxima década será o ambiente pré-sal, que em 2030 responderá por cerca de 50% da produção total de gás natural no país.

De modo a aproveitar esse potencial, estão sendo estruturadas importantes reformas no setor por meio do programa Novo Mercado de Gás, que tem como pilares: a promoção da concorrência, a harmonização das regulações estaduais e federal, a integração do setor de gás com setores elétrico e industrial e a remoção de barreiras tributárias à comercialização do gás natural. Estes pilares visam incrementar os investimentos, adicionar novos players ao setor e ofertar uma molécula de gás natural a preço competitivo no mercado.

Um passo importante para o atingimento desses objetivos é a aprovação do novo marco legal para o setor atualmente em tramitação no Legislativo, de modo a promover as transformações necessárias para aumentar a competitividade, os investimentos e criar um ambiente favorável a redução dos preços. Entretanto, não bastam apenas soluções cartoriais e regulatórias para que o mercado deslanche, os preços do energético se reduzam e se faça a almejada reindustrialização do país, trazendo a reboque empregos e geração de renda.

A experiência norte-americana indica que além das necessárias reformas normativas, é fundamental que se dê transparência e disponibilidade de informações ao público, como preços e capacidade de gasodutos e outras infraestruturas essenciais. Nos EUA, a informação desempenha um papel chave na regulação da distribuição de gás natural, garantindo aos

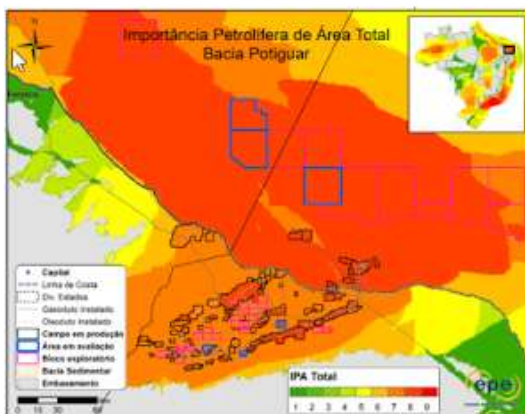
stakeholders publicidade e audiências públicas. O DOE disponibiliza dados de capacidade de gasodutos e preços do gás natural. Há muitos players trabalhando para que o mercado tenha acesso a dados em tempo real para tomar a melhor decisão.

Nesse contexto, a indústria de Gás Natural no Brasil transita em direção a um mercado aberto e competitivo, acelerado a partir da assinatura, entre Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de Termo de Cessação de Conduta (TCC) com o objetivo de reduzir a participa o da empresa no mercado de gás natural, de forma a aumentar a competitividade e a dinâmica do segmento.

Os desinvestimentos da estatal são acompanhados pelo mercado não apenas porque sinalizam o fim de fato do monopólio, mas também porque trazem a oferta de possibilidades reais de investimentos e monetiza o de ativos que antes não estavam elencados como relevantes para desenvolvimento pela companhia. Fomentado pelo novo marco regulatório e pelo TCC, a oferta de gás do pré-sal deve crescer nos próximos anos, bem como a entrada de novos atores.

O mercado mais aberto potencialmente apresentar  mais oportunidades e a participa o de mais agentes conduzir  a uma maior liquidez e, por consequência,   possibilidade de preços mais competitivos (Arentz, 2018). Os novos agentes poderão adotar estratégias de precifica o próprias, seguindo a atual estrutura (de "preço de paridade com o óleo") ou buscando novas formas de precifica o, propondo uma nova paridade, como o Henry Hub, por exemplo. No futuro, com um mercado cada vez mais competitivo, espera-se observar cada vez maior competi o gás-gás e que os preços sejam vinculados   oferta e   demanda do energético no país.

A Figura 1 referencia o modelo de abertura do mercado de gás europeu, mas pode ilustrar as etapas a serem vencidas no Brasil, e corroboram com os movimentos percorridos também no mercado norte-americano. Importa mencionar que o mercado europeu levou mais de 10 anos para se consolidar como aberto e competitivo e para que o Brasil escale degraus similares, ainda há muita base a ser construída. São necessários investimento em transporte, serviços e demanda, e de novos atores efetivamente imbuídos em assumir os papéis ao longo da cadeia de suprimento. E como indica a estratégia do Plano Nacional de Energia 2050,   necessário avançar nesses passos ainda nesta década.



Atividades na Bacia Potiguar



<https://epbr.com.br/wp-content/uploads/2021/01/unnamed.png>

Evolu o para abertura do mercado de gás

Fonte: Oxford Institute for Energy studies in Artenz, 2019

A experiência norte-americana indica que Marketing e Trading s  surgiram mais tarde na evolu o da indústria de gás natural nos EUA, coincidindo

com a liberaliza o dos preços e o livre acesso a gasodutos, que permitiu a entrada de novos atores. Atualmente, há pelo menos 120 Trading Hubs, 305 mil milhas de gasodutos de transmissão e três milhões de milhas – se incluir gasodutos de distribui o – nos Estados Unidos. Esta expansão foi proporcionada com a liberaliza o dos preços e a liberdade de acesso, o que indica que os mecanismos desenhados no âmbito do programa Novo Mercado de Gás estão no caminho certo.

Da mesma forma, na Europa o processo teve início com o acesso a terceiros aos gasodutos e terminais de regaseifica o de GNL, mas passou também pela transparência de preços e pela existência de regras de balanceamento e contratos padrão disponíveis a todos.

A transparência de preços e tarifas constitui-se, em ambos os casos (mas notadamente no caso norte-americano), como um ponto central do sucesso da abertura de mercados. A Federal Energy Regulatory Commission (FERC) possui um escritório de enforcement (regulação) que faz a fiscalização do mercado, garante a conformidade com regras, tarifas, regulações e normativas, detecta e investiga violações, constrói medidas punitivas, além de conduzir pesquisas de mercado. O processo de fiscalização passa pela engenharia de dados, triagem e desenvolvimento de painéis de controle, e, por fim, análise, relatório, inquérito e ocasionalmente referências para uma investigação. Mais da metade do processo é analítico. A fiscalização e o monitoramento efetivos do mercado podem ser desafiantes, exigindo abrangência de dados, expertise do setor público/privado e entrega de decisões e penalidades consistentes e justas.

Entretanto, é necessária a existência de uma estrutura consistente para que o mercado entenda o que é um comportamento aceitável. Assim, de forma paradoxal, o processo de construção de um mercado competitivo pode exigir mais regulação (e não menos), uma vez que o aparato regulatório necessário para a regulação de um único ente parece ser significativamente menor do que aquele necessário para garantia dos mecanismos necessários ao funcionamento de um mercado com múltiplos agentes.

Nota-se, assim, novamente, que quando comparado com os EUA, o Brasil se encontra no primeiro estágio da abertura do mercado de gás, que ainda exigem a garantia de acessos físicos e que assegurem a competição do mercado. Aguarda-se, de forma ansiosa, a provação da Lei do Gás e com ela o aumento de empresas com acesso ao mercado como aconteceu nos EUA.

Nos EUA, o acesso aberto aos gasodutos resultou em um setor de comercialização muito forte, com transações em vários pontos entre vários players. Este acesso, entretanto, depende de regras claras e mecanismos de transparência de preços para ser, de fato, efetivo na construção de um mercado competitivo.

O aprendizado obtido com a comparação com o mercado norte-americano fornece insights valiosos sobre as atividades de supervisão da comercialização, para que não haja excessos e abusos. Entretanto, assim como os demais pontos necessários da reforma, por si só não são suficientes para garantia de atingimento de um mercado pujante e competitivo de gás natural no Brasil. É necessário que se avance em todos os pontos para que de fato se aproveite a oportunidade de desenvolver o mercado de gás natural no país.

Os efeitos da penetração das energias renováveis, o debate em torno da descarbonização, a eventual imposição a limites na emissão de metano, dentre outras discussões que podem ocorrer em um horizonte dos próximos 10 anos, podem reduzir o espaço do gás natural. Estes fatores podem ameaçar o retorno dos investimentos no mercado e dificultar o interesse, ameaçando a ampliação da base da escada apresentada na Figura 1. Daí a necessidade de senso de urgência, na formação de consenso, e no avanço progressivo enquanto há espaço. Fica a dica.

Fernanda Delgado é professora e assessora estratégica na FGV Energia.

Heloísa Borges é diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Referencia bibliografica

1 – Evento completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-x0TA8KXJwc>

2 – O preço do gás natural nos contratos atualmente em vigor no mercado nacional, usualmente é indexado a algum energético substituto ou correlato, como petróleo tipo Brent ou uma cesta de óleos combustíveis. Estes instrumentos oferecem garantias quanto à disponibilidade e entrega da molécula em prazos longos, reduzindo riscos tanto para supridor quanto para consumidor. Assim, estes compromissos definem preços de referência, que o mercado entende como não concorrencial determinados pelo equilíbrio imediato de oferta e demanda em centros de negociação (hubs), como em mercados chamados perfeitos. Preços estabelecidos desta forma podem ser muito voláteis e

dependendo da dinâmica do balanceamento oferta X demanda podem não oferecer garantia quanto a serem efetivamente menores que os preços de referência acordados nos contratos de longo prazo.

3 – As informações relevantes estão disponíveis ao público em <https://www.energy.gov/natural-gas>

4 – Uma redução dos preços, entretanto, depende do aumento de eficiência em outras etapas da cadeia. Embora ao aumento da produção líquida de gás possa reduzir o custo unitário de transporte, a necessidade de ampliação da rede de escoamento demanda investimentos que precisam ser de alguma forma amortizados, o que pode consumir parte da esperada redução da tarifa de transporte. Ainda, uma parcela importante do preço final aos consumidores refere-se à carga fiscal dos entes federativos, de modo que uma redução significativa dos preços precisaria também de um olhar atento para a carga fiscal do gás natural em algumas unidades federativas.

Um ponto positivo, que corrobora com a expectativa por uma mudança de paradigma nos preços é a existência do consumidor livre, que poderá importar gás natural ou GNL – gás natural liquefeito, sem o intermédio de uma distribuidora, bem como trocar de fornecedor quando lhe for conveniente, o que deve ajudar na competição e modificação da estrutura de preços a longo prazo.

5 – <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-2050>

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 07/01/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

AEROPORTOS PRIVATIZADOS DEVEM DEIXAR DE PAGAR R\$ 15 BI À UNIÃO POR CAUSA DA CRISE

Conta será apresentada à Agência Nacional de Aviação Civil em maio, na forma de pedido de reequilíbrio econômico de contratos

Por *Geralda Doca*



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24289385-e58-14b/FT1086A/652/x82693863_EC-Rio-de-JaneiroRJ16-05-2019Aeroporto-do-Galeao.Foto-Marcelo-CarnavalAgencia-2.jpg.pagespeed.ic.mVxdxwiQDb.jpg

Aeroporto do Galeão, que teve queda no movimento de passageiros na pandemia Foto: Marcelo Carnaval / Agência O Globo

BRASÍLIA - O governo deve deixar de arrecadar nos próximos anos cerca de R\$ 15 bilhões com os aeroportos privatizados. A cifra estimada por representantes do setor se refere aos descontos em outorgas pagas à União que devem ser pleiteados por concessionárias para compensar os efeitos da crise causada pela pandemia nas receitas, diante da queda no movimento de passageiros nos terminais.

O prazo para os abatimentos pode variar de acordo com os contratos de concessão, que chegam a 30 anos. Os primeiros foram assinados em 2012.

A conta será apresentada à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em maio, na forma de pedido de reequilíbrio econômico de contratos. Os números estão sendo consolidados. O valor previsto é baseado na expectativa de faturamento dos terminais em um cenário sem pandemia.

Só um concessionário estima perda de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões, disse uma fonte do setor.

Mesmo com valores diluídos ao longo do tempo, a expectativa é de queda de braço com o órgão regulador. Segundo um executivo do setor, há uma diferença de percepção na retomada do tráfego entre as empresas, mais pessimistas, e a agência.

Além disso, técnicos temem causar perdas ao governo e o risco de serem responsabilizados por órgãos de controle do uso do dinheiro público, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Para essa fonte, o ideal seria uma avaliação ano a ano do impacto até a retomada. O problema é que isso inviabiliza qualquer iniciativa que envolva um fluxo de caixa de médio ou longo prazo, como investimentos.

Uma autoridade do setor afirma que os pedidos de reequilíbrio prejudicam as contas públicas, pois as outorgas são direcionadas ao Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). A queda na arrecadação significaria menos investimentos ou comprometimento de recursos de outras fontes.

A negociação para compensar impactos no médio e no longo prazo no setor aéreo se somaria ao alívio concedido no ano passado. Em 2020, a Anac reconheceu perda de R\$ 1,9 bilhão referente ao impacto da crise de curto prazo nos contratos.

Foram atendidos nove aeroportos. Mas a fatura deverá subir porque os concessionários de Guarulhos, Fortaleza e Porto Alegre entraram com recursos, contestando o valor arbitrado.

O valor foi abatido nas outorgas anuais que os operadores deveriam recolher para a União em dezembro. Em alguns casos, como Porto Alegre e Florianópolis, a Anac autorizou reajuste temporário de tarifas aeroportuárias porque o desconto superava a dívida.

Em Salvador, o órgão regulador ampliou o prazo de construção da ponte de embarque.

Em nota, a Anac afirmou que o reequilíbrio está previsto nos contratos de concessão e que a medida busca garantir a prestação do serviço à sociedade, além de mostrar para potenciais investidores nos futuros leilões que a “Agência preza pela segurança jurídica e estabilidade regulatória”.

Futuras concessões

O secretário de Aviação Civil (SAC), Ronei Glanzamnn, disse que o Brasil foi um dos poucos países a atender o pedido das concessionárias, admitindo que a pandemia é um fator não previsível:

— O Brasil foi um dos poucos países que conseguiu o reequilíbrio dos contratos. A gente reconheceu que o risco da pandemia é um risco do Poder Público.

Ele acrescentou que, passada a revisão no curto prazo, o reequilíbrio de médio e longo prazo terá impacto nos debates este ano:

— A grande discussão para 2021 é o chamado reequilíbrio de médio e longo prazos que a gente vai ter que fazer. Um ano ruim na concessão causado pelo coronavírus, a recuperação não acontece da noite para o dia, vai ter impacto em toda a concessão daqui para a frente.

O secretário afirmou, no entanto, que caberá à Anac definir a metodologia para calcular o impacto da pandemia nos contratos futuros. A Anac informou que aguardará os pedidos e o resultado das análises.

Segundo dados do setor, houve queda de 30% no movimento em aeroportos no ano passado, considerando o mercado doméstico. O internacional não se recuperou e será mais afetado pela pandemia, diante das restrições em vários países.

Entre março e outubro, a Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa) aponta queda de R\$ 3 bilhões em receitas nos terminais.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 07/01/2021

BOLSA SOBE A 121 MIL PONTOS, APÓS CONFIRMAÇÃO DE VITÓRIA DE BIDEN; DÓLAR FECHA EM ALTA A R\$ 5,39

Nos EUA, ações registram alta. Perspectiva de ampliação de gastos públicos para reativar economia americana anima investidores

Por O Globo, com agências

RIO e SÃO PAULO — A confirmação da vitória do democrata Joe Biden pelo Congresso americano faz as bolsas globais operarem em alta. A Bolsa brasileira opera em patamar de pontos recorde, também impulsionada pela comprovação da eficácia CoronaVac, que será produzida no Instituto Butantã.

No mercado de câmbio, o dólar terminou a sessão em alta frente ao real, após o caos que se instalou em Washington na véspera, quando apoiadores de Donald Trump invadiram o Capitólio. A situação fiscal do Brasil também preocupou os investidores.

Na Bolsa paulista, a B3, o Ibovespa registra alta de 2,10% aos 121.598 pontos, recorde histórico no intraday.

Na quarta-feira, dia de muita volatilidade, o índice voltou a bater nos 120 mil pontos. Mas perdeu fôlego na reta final da sessão diante da invasão do Congresso americano e por preocupações fiscais no Brasil.

O dólar comercial subiu 1,77% e terminou negociado a R\$ 5,39. Na máxima, bateu em R\$ 5,41 e na mínima desceu até R\$ 5,30.

É maior valor de fechamento da divisa americana desde o dia 23 de novembro do ano passado, quando encerrou cotada a R\$ 5,43.

A moeda americana também subiu no exterior com temores sobre o avanço da pandemia de Covid-19. O dollar spot, índice da Bloomberg que acompanha o desempenho da moeda americana frente a uma cesta de divisas, se valorizava 0,31% no fechamento dos negócios no Brasil.

Por aqui, a publicação de uma nota técnica pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados sugerindo mudanças no teto de gastos da União trouxe mais incerteza aos investidores, que se refugiaram no dólar.

O teto de gastos limita o crescimento da despesa à inflação. Mesmo sendo apenas uma sugestão, analistas dizem que não existe segurança sobre o que o governo pretende fazer no campo fiscal.

"Isso pode se transformar numa senha para que o governo viabilize a sequência do programa de transferência de renda, via auxílio emergencial, levando a uma busca por proteção", escreveu em relatório a clientes Ricardo Gomes da Silva, da corretora de câmbio Correparti.

Ontem, uma declaração do deputado federal e candidato à presidência da Câmara, Baleia Rossi, defendendo que o programa Bolsa Família seja ampliado, além da extensão do auxílio emergencial, também pressinou o dólar no campo doméstico. Esse cenário também continua o radar do mercado.

Bolsas americanas em alta

As Bolsas americanas avançam com a perspectiva de ampliação do pacote de estímulo à economia americana, após a confirmação da chamada 'onda azul'. Os democratas (partido cuja cor é o azul) venceram a presidência e têm o controle do Senado e da Câmara.

O S&P 500 sobe 1,45%; o Dow Jones avança 0,71% e o Nasdaq tem ganho de 2,36%.

— A leitura dos investidores sobre o evento de ontem é que, apesar de ter sido muito grave, não impede a posse de Joe Biden no final do mês e a perspectiva de mais estímulos econômicos trazidas pelo novo governo, que vai controlar também Câmara e Senado — disse Daniel Herrera, analista da Toro Investimentos.

Neste cenário, segundo analistas, deve ocorrer a chamada "inversão de ações", movimento em que os investidores deixam de lado as ações de empresas de tecnologia e passam a comprar papéis de empresas ligadas à economia real, com a expectativa de mais investimentos em infraestrutura pelos democratas.

Por isso, ações de empresas exportadoras ligadas a commodities apresentam valorização. As ações da Petrobras sobem mais de 2%. As da Vale avançam 3%. Os bancos também são beneficiados, e os papéis de Bradesco e Itaú ganham mais de 2% no pregão de hoje.

A Bolsa brasileira ganha fôlego adicional com a confirmação de que a CoronaVac, vacina contra a Covid-19 desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, teve eficácia de 78% na prevenção nos testes no Brasil.

O Butantan deverá formalizar o pedido de uso emergencial da vacina à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) até amanhã e a expectativa é de que a vacinação comece em São Paulo a partir de 25 de janeiro. Isso abre espaço para que a vacinação no Brasil comece em janeiro.

Atentado à democracia

A invasão do Capitólio foi uma tentativa de atrapalhar a sessão na Casa que confirmaria a vitória de Biden nas eleições de novembro.

Embora Donald Trump tenha se comprometido na manhã de hoje com uma transição "ordenada", o republicano não reconhece a derrota nas urnas, o que levou seus simpatizantes a invadir o Capitólio na quarta-feira.

Além da perspectiva de uma possível ampliação do pacote americano para reativar a economia do país, Biden prometeu investimentos em obras de infraestrutura e energia verde, com objetivo de criar empregos.

Com os democratas controlando a Casa Branca, o Senado e a Câmara, a chance de o plano do presidente eleito americano ir à fente é grande, segundo analistas.

"Há possibilidade de aumento de impostos também. Mas o mercado preferiu olhar para o melhor lado da história", escreveram os analistas da CNN Anneken Tappe e David Goldman.

Na Europa, Frankfurt e Paris fecharam com valorização de 0,55% e 0,70%, respectivamente. Londres subiu 0,22%.

O Reino Unido vive uma forte alta dos casos de Covid-19 e endureceu as medidas de isolamento social para conter a disseminação de uma nova variante do vírus.

Na Ásia, as bolsas fecharam antes da confirmação de Biden para a presidência. O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, avançou 1,77%, para seu maior patamar desde janeiro de 2018, enquanto o índice de Xangai teve alta de 0,71%. Os ganhos foram liderados pelos setores de consumo e financeiro.

A Bolsa de Tóquio também fechou no azul, com alta de 1,60%.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 07/01/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CONSULTORIA DA CÂMARA PROPÕE FLEXIBILIZAR REGRA DO TETO DE GASTOS PÚBLICOS

Proposta passaria a considerar apenas o rombo da Previdência no cálculo do limite do teto, em vez de todo o gasto com pagamento de benefícios; com isso, nível de despesas obrigatórias seria mantido

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara publicou nota técnica com uma proposta de mudança no teto de gastos da União, a regra que limita o crescimento da despesa à inflação e que está no centro do debate econômico no Brasil depois da pandemia da covid-19.

A proposta passa a considerar apenas o rombo da Previdência no cálculo do limite do teto em vez de toda a despesa com o pagamento de benefícios, similar ao modelo fiscal alemão, que considera nos limites orçamentários apenas recursos retirados da sociedade para sua cobertura.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/8/1609986261481.jpg>

Projeção é de que nota técnica da consultoria possa ser discutida ao longo do ano. Foto: Dida Sampaio/Estadão

As projeções apresentadas pelos três autores da proposta apontam um novo espaço para as demais despesas do governo, que hoje estão cada vez mais comprimidas, especialmente pelo avanço dos gastos obrigatórios de Previdência e folha de pessoal. O espaço fiscal dessas despesas seria,

em 2022, superior a R\$ 40 bilhões em relação à regra atual, passando de R\$ 407,5 bilhões (4,60% do Produto Interno Bruto em vez de R\$ 447 bilhões (5,05% do PIB).

Por trás da proposta, está a avaliação de que o teto é uma regra fiscal fundamental para as contas públicas, mas precisa de ajustes para se tornar viável nos próximos anos. “Não está correto que uma despesa, que sabidamente cresce mais do que a inflação, seja colocada dentro do teto definitivamente”, diz Ricardo Volpe um dos autores da proposta ao lado dos consultores legislativos Túlio Cambraia e Eugênio Greggianin.

Ajuste

Segundo Volpe, não se trata de uma margem para gastar mais, mas uma saída para manter o nível de despesas não obrigatórias atual (como investimentos), que já é muito baixo e a cada ano fica menor. O consultor explica que é um mecanismo de ajuste para impedir que a compressão das despesas não obrigatórias chegue a um nível insustentável para o funcionamento da máquina administrativa (como manutenção de rodovias, bolsas de estudo e confecção de passaporte). Para ele, a proposta é simples, pontual e com boa comunicação tem todas as condições de ser recebida positivamente pelos agentes de mercado.

Os números apontam que, mantida a regra atual, as demais despesas chegariam em 2026 em 2,80% do PIB, patamar irreal para o funcionamento da máquina pública. Em 2016, quando a emenda do teto foi aprovada essas despesas estavam em 7,03% do PIB.

A expectativa é que a nota possa ser discutida ao longo de 2021. A proposta já vinha sendo estudada antes mesmo da pandemia. Muitos parlamentares têm defendido a mudança no teto, mas a equipe econômica vem se posicionando enfática em manter a regra sem mudanças.

Os autores destacam que, apesar da importância do teto, não significa que ele não tenha deficiências na forma que foi implementado no Brasil e que não possa ser aperfeiçoado com as devidas cautelas, o que aumentará sua credibilidade.

Para os consultores, a reforma da Previdência, aprovada no fim de 2019 com o propósito principal de reduzir o déficit previdenciário, pode apresentar ganhos que devem ser aproveitados pelo poder público. A possibilidade de elevar as despesas em virtude da redução do ritmo de crescimento do déficit dos regimes de Previdência permitirá ao governo maior liberdade de atuação para alavancar a economia.

Na época da tramitação da emenda do teto, em 2016, já se sabia que a regra se tornaria de difícil cumprimento. O atraso na aprovação da reforma da Previdência, que se esperava para aquele ano, só piorou o problema. Uma proposta chegou a ser discutida de garantir após os primeiros anos de vigência da regra uma correção do limite do teto com metade do crescimento do PIB. Ou seja, se o PIB crescesse 1%, o teto seria corrigido em 0,5%. Mas o então ministro da Fazenda Henrique Meirelles não aceitou com o temor de que o instrumento de correção se transformasse na regra geral durante a votação.

Volpe destaca que as despesas com o pagamento dos benefícios da Previdência, o maior gasto do governo, já passaram pela reforma. Para ele, o governo, com o modelo proposto, poderá atuar melhor na eficiência da arrecadação previdenciária para diminuir o déficit. O consultor avalia que as despesas com a Previdência vão sempre ter crescimento real porque a população vai envelhecer e mais gente se aposentará.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 07/01/2021

UNIÃO BANCOU R\$ 13,3 BILHÕES EM DÍVIDAS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2020

Segundo o Tesouro, quase a totalidade dos valores gastos pela União com o pagamento dessas dívidas no ano passado se referem a débitos de apenas cinco Estados

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Tesouro Nacional precisou desembolsar R\$ 13,3 bilhões no ano passado para honrar dívidas bancárias que Estados e municípios deram calote. O valor foi bem superior aos R\$ 8,35 bilhões gastos em 2019 para cobrir o não pagamento dos governos regionais. Desde 2016, essa conta para a União, e os contribuintes, já chega a quase R\$ 33 bilhões.

De acordo com o Tesouro, 95% dos valores gastos pela União com o pagamento dessas dívidas no ano passado se referem a débitos de cinco Estados. O Rio de Janeiro liderou a lista com R\$ 8,25 bilhões, seguido por Minas Gerais com R\$ 3,175 bilhões. Na sequência aparecem Goiás (R\$ 553 milhões), Pernambuco (R\$ 355 milhões) e Maranhão (R\$ 280 milhões).

Em meio à recessão causada pela pandemia de covid-19, 14 governos estaduais e oito prefeituras deixaram de quitar alguma dívida com garantia da União em 2020. Os calotes ocorreram mesmo depois de projeto aprovado pelo Congresso ter dado um fôlego de R\$ 125 bilhões a governadores e prefeitos por causa da pandemia.

Somente em dezembro, o Tesouro precisou pagar R\$ 5,5 bilhões em dívidas dos governos regionais. O Rio de Janeiro mais uma vez liderou a fatura, com R\$ 4,9 bilhões, seguido por Minas Gerais com R\$ 558 milhões, e Rio Grande do Norte com R\$ 39 milhões.

Por que a conta fica com a União?

A depender da avaliação das contas dos governos regionais, a União concede garantia em empréstimos para que os contratos tenham juros mais baixos. Nos últimos anos, porém, a situação financeira dos Estados vem se deteriorando, comprometendo os pagamentos.

Como garantidora das operações de crédito, a União, representada pelo Tesouro Nacional, é comunicada pelos bancos e organismos internacionais de que parcelas de dívidas garantidas estão vencidas e não pagas. O governo federal, então, informa o governador ou prefeito que há atrasos no pagamento e, caso não haja quitação, a União paga os valores. Em seguida, inicia o processo de recuperação desses valores pela execução das chamadas contragarantias. Na prática, o governo federal bloqueia os valores que passaria em transferências para esse Estado ou município caloteiro.

Embora o custo para a União com essas garantias seja crescente, o Tesouro está impedido de bloquear os repasses para cinco Estados. No caso do Rio de Janeiro, porque o governo estadual aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados ainda em 2017. Nos casos de Minas Gerais, Goiás, Amapá e Rio Grande do Norte, porque os governos estaduais conseguiram decisões judiciais que impedem a execução das contragarantias pela União nessas operações.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 07/01/2021

COM ALTA DO MINÉRIO E COMPRAS DA CHINA, ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES ATINGE MARCA RECORDE DE R\$ 6 BI

Resultado é 35% que o de 2019, segundo cálculos da Associação de Municípios Mineradores; o Pará respondeu por R\$ 3,1 bilhões gerados e Minas ficou com R\$ 2,4 bilhões

Por Mariana Durão, O Estado de S.Paulo

RIO - No ano em que a pandemia da covid-19 paralisou a economia, a arrecadação de royalties da mineração no Brasil atingiu a marca histórica de R\$ 6 bilhões, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). O valor representou um salto de 35% em relação a 2019, quando o montante arrecadado já havia sido recorde. Mais uma vez o movimento foi impulsionado pelo câmbio e pela escalada do preço do minério de ferro, sustentada pela oferta reduzida e a forte recuperação econômica da China após a fase mais crítica da pandemia.

Pelo segundo ano seguido, o Pará foi o maior gerador da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - nome técnico dado ao royalty do setor -, com R\$ 3,1 bilhões. O valor é pouco mais da metade da arrecadação nacional e significa um salto de 41,9% ante o ano anterior, segundo cálculos da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig).

O Estado abriga o projeto S11D, maior investimento da história da Vale, de US\$ 14 bilhões, e é também onde estarão concentradas as futuras expansões de capacidade na mineradora. Com um minério mais rico em ferro, o Sistema Norte respondeu por 64,5% da produção da Vale no período de janeiro a setembro de 2020, bem acima dos Sistemas Sul (15%) e Sudeste (18%), em Minas Gerais.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/5/1/609945977955.jpg>

Mina de minério de ferro da Vale em Itabirito (MG): a empresa respondeu por 60% do recolhimento de royalties em 2020. Foto: Fabio Motta/Estadão - 7/7/2015

Principal arrecadador de CFEM até 2019, o Estado de Minas perdeu a liderança na arrecadação após a tragédia de Brumadinho, em janeiro daquele ano. O rompimento da barragem paralisou várias operações da Vale na região e a produção ainda não foi 100% normalizada. Em 2020, Minas ficou novamente em segundo lugar no ranking, levantando R\$ 2,4 bilhões em royalties, uma alta anual de 28,9%.

Coronavírus não parou a mineração

Classificada pelo governo brasileiro como atividade essencial, a mineração praticamente não parou desde o início da pandemia. Como a China, maior importador global de minério de ferro, foi o primeiro país atingido pela covid-19 e teve relativo sucesso no combate ao vírus, sua recuperação também começou antes do resto do mundo. A reboque disso e da oferta limitada, a cotação do minério cresceu e, com ela, a geração de CFEM.

Os dados da ANM analisados pela Amig mostram que a arrecadação mensal vinha na casa dos R\$ 300 milhões até maio, mas a partir de junho não parou de subir. Em novembro, o valor bateu mais de R\$ 1 bilhão, obrigando a ANM a solicitar uma suplementação de crédito orçamentário para manter o ritmo de distribuição.

Em 2020, o minério negociado no porto chinês de Qingdao subiu 75% e foi a US\$ 160 por tonelada. Apesar da lista de substâncias minerais sujeitas a tributação chegar a quase uma centena, o minério de ferro representa cerca de 80% dos royalties arrecadados no Brasil, por isso a sua importância.

"O setor não foi diretamente afetado pela pandemia, apesar de algumas paralisações. Esse aumento de 35% (da arrecadação) decorre de três variáveis importantes: o elevado apetite chinês no pós-pandemia, a valorização do preço do minério de ferro e a desvalorização cambial", explica a economista da Amig, Luciana Mourão. A entidade espera que em 2021 o valor arrecadado não vá muito além do recorde de 2020, em virtude de uma potencial desaceleração do preço do minério a partir do segundo trimestre.

Os números retratam a forte concentração da atividade mineradora no Brasil: juntos, Pará e Minas Gerais respondem por 90% de toda a arrecadação mineral. O ranking do dez maiores municípios mineradores é formado apenas por paraenses - os líderes Parauapebas (R\$ 1,5 bilhão) e Canaã dos Carajás (R\$ 1,2 bilhão), além de Marabá (9.º lugar) - e mineiros, como Conceição do Mato Dentro, onde está a principal operação da Anglo American no Brasil, Congonhas, Itabirito, Itabira, Nova Lima, Mariana e São Gonçalo do Rio Abaixo.

Mesmo após a tragédia, Brumadinho segue em 13.º lugar nesse ranking, porque, além da Vale, tem mais uma dezena mineradoras de diferentes substâncias atuando em seu território, como Vallourec, Comisa e Cia. de Mineração Serra da Farofa. Em 2020, o município gerou R\$ 85 milhões em royalties e vai embolsar R\$ 51 milhões. Pela legislação nacional, 60% dos royalties vão para os cofres do município produtor. O restante é distribuído entre Estados (15%), outros municípios afetados pela mineração (15%) e a União (10%).

Há ainda uma concentração por empresa. Apesar de haver mais de 7 mil mineradoras registradas como contribuintes na ANM, somente o grupo Vale respondeu por 60% do recolhimento de royalties em 2020. Em seguida, mas em escala menor, vêm outras grandes mineradoras, como Anglo American (6%), CSN (5,2%), Salobo Metais (2,6%), Usiminas (1,4%) e Kinross (1,2%).

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 07/01/2021

CNI VÊ SUBSÍDIO E POLÍTICAS IRREGULARES EM PRODUÇÃO CHINESA DE ALUMÍNIO

País asiático aumentou sua participação na produção mundial de 24%, em 2005, para 54% em 2019; Canadá e EUA estão entre os países que já aplicaram sanções ao alumínio chinês

Por Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Alvo de medidas de defesa comercial de diversos países, a China multiplicou por sete sua produção de alumínio em 15 anos e passou a ser a maior produtora do metal em todo o mundo.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), obtido pelo Estadão/Broadcast, aponta que, apoiado em subsídios e políticas que contrariam normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), o país asiático aumentou sua participação na produção mundial de alumínio de 24%, em 2005, para 54% em 2019. Em 15 anos, a China passou de 12.^a para a principal exportadora do produto para o Brasil.

O estudo lista incentivos à indústria de alumínio como fornecimento de energia elétrica abaixo do valor de mercado, concessão de crédito com taxas abaixo das praticadas no mercado internacional e controle do preço de insumos, inclusive com a estocagem de alumínio.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/6/1609986471665.jpg>

Nove em 10 mercados adotaram medidas de defesa comercial contra o alumínio chinês. Foto: String/Reuters

Por isso, nove dos dez principais mercados de alumínio adotaram medidas de defesa comercial contra o alumínio chinês. Apenas o Brasil ainda não adotou nenhuma medida, que já foi pedida pela indústria nacional. Ao todo, 14 países já aplicaram 34 medidas de defesa comercial contra importações chinesas no setor.

“As práticas da China para subsidiar a produção de alumínio causam danos ao comércio mundial e à concorrência saudável desse produto, inclusive no Brasil. O governo brasileiro precisa seguir o exemplo de outras economias, que aplicaram medidas para combater e desencorajar essas práticas”, afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi.

No ano passado, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia abriu, a pedido da indústria brasileira, uma investigação contra a China para verificar se os laminados de alumínio estão sendo vendidos para o País por preço menor do que o cobrado no mercado interno chinês, prática denominada dumping, com o intuito de prejudicar a indústria brasileira.

Questionado sobre o andamento da investigação, o Ministério da Economia disse que uma decisão preliminar está prevista para meados de fevereiro e que o prazo para a decisão final vai até abril, podendo ser prorrogado por mais oito meses.

“O que acontece com o alumínio é um exemplo emblemático sobre a lógica produtiva da China. Ela opera com planejamento, incerteza é impensável. E cria políticas de apoio à indústria que os outros países não têm e que organizações internacionais entendem que não fazem parte de um comércio justo”, afirma o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rêgo.

Guerra

O domínio chinês nos mercados de alumínio e de aço esteve no cerne da guerra comercial entre o governo do presidente americano Donald Trump e a China, que acabou respingando no Brasil.

No caso do alumínio, os Estados Unidos implementaram quatro medidas compensatórias contra os chineses e consideraram que os subsídios encontrados representavam entre 10% e 55% dos preços dos bens importados.

Em 2018, aplicaram salvaguardas, ou seja, sobretaxas à importação de todos os países, inclusive o Brasil, que tem de pagar 10% a mais para vender alumínio para os EUA. Com isso, os embarques para os EUA do alumínio brasileiro caíram mais de 50% em 2020.

Também o Canadá condenou 17 tipos de subsídios chineses, que representavam 47% do valor médio dos produtos derivados de alumínio.

Desde o início dos anos 2000, a China colocou em seu planejamento oficial a meta de ampliar a produção de alumínio para seus projetos de infraestrutura, produção de veículos, bicicletas e outros bens. O aumento foi tão grande que o país passou a ser um dos principais exportadores do produto.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 07/01/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

FRETE CHINA-BRASIL DISPARA E DEVE ENCARECER PRODUTOS IMPORTADOS

“Tempestade perfeita” na cadeia logística faz preços chegarem a nível histórico

Por Taís Hirata — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/UjpCVXcl5gwa-h5z_4J1DZsN2Rg=/0x0:1548x722/1000x0/smart/filter:s:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/0/S/MdzmOESM2E4UAoCsVJXQ/07emp-100-frete-b1-img0e.jpg](https://s2.glbimg.com/UjpCVXcl5gwa-h5z_4J1DZsN2Rg=/0x0:1548x722/1000x0/smart/filter:s:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/0/S/MdzmOESM2E4UAoCsVJXQ/07emp-100-frete-b1-img0e.jpg)

Para Luigi Ferrini, que comanda a Hapag Lloyd no Brasil, os fretes devem continuar altos por mais dois ou três meses — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O frete marítimo na rota China-Brasil disparou. O custo das importações já vinha em alta no último trimestre e, nesta semana, atingiu um patamar considerado inédito de US\$ 10 mil por TEU (medida padrão usada para contêineres), segundo importadores e empresas de navegação.

“É um nível histórico, nunca tinha visto o frete alcançar esse valor”, afirmou Luigi Ferrini, vice-presidente sênior da Hapag-Lloyd no Brasil. Há um ano, o custo dessa mesma rota estava na faixa dos US\$ 2 mil por TEU.

O encarecimento dos fretes vem se acentuando desde outubro, com a retomada global da economia e a maior procura pelos produtos chineses, afirma Rafael Dantas, diretor da importadora Asia Shipping.

A disparada ocorre também em outras rotas partindo da China. As viagens da Ásia para Europa e Estados Unidos atingiram valores acima da média, com mais de US\$ 4 mil por TEU.

A escalada de preços é fruto, principalmente, dos problemas logísticos e do grande descompasso entre oferta e demanda ocorrido ao longo do último ano – uma “tempestade perfeita para os fluxos globais de contêineres”, segundo a Centronave, que representa os grupos globais de navegação de longo curso no Brasil.

“Quando eclodiu a pandemia, muitas empresas deixaram de fazer pedidos, houve dezenas de cancelamentos de viagens [de navios de carga]. Mas a demanda por produtos não caiu como esperado. O gasto que iria para viagens foi para itens de casa, home office. O consumo local aumentou no mundo todo, e aí faltaram produtos”, resume Ferrini.

No auge da pandemia brasileira, entre março e julho, foram canceladas 23 viagens de navios da China. O número equivale a ao menos cinco semanas sem importações de contêineres do país.

Em meados do ano, ficou claro para as empresas que seria necessário retomar os pedidos. O aumento, porém, coincidiu com a retomada na Europa e nos Estados Unidos, levando a uma disputa

acirrada por contêineres e embarcações. Hoje, praticamente todos os navios disponíveis no mundo estão em uso, diz a Centronave. Resultado: os fretes dispararam e, mesmo passado o Natal, continuam em alta.

A situação se agrava porque a pandemia também reduziu a eficiência na liberação das cargas em portos, terminais e armazéns, que também sofreram com as medidas de isolamento social e o reforço nos protocolos de vigilância sanitária.

Para tentar amenizar o gargalo, entre outubro e dezembro, as empresas de navegação acrescentaram 14 “extra-loaders” (navios adicionais), que ampliaram em cerca de 14% a capacidade na rota Xangai-Santos. O incremento, porém, não tem sido suficiente para atender à demanda. Na semana do Natal, o frete registrava US\$ 7.184 por TEU. Sete dias depois, já chegava a US\$ 8.173. Agora, armadores e importadores afirmam que os preços alcançaram a marca dos US\$ 10 mil.

A alta poderá afetar diversos setores que dependem de importações chinesas. É o caso, por exemplo, da indústria de produtos elétricos e eletrônicos (principalmente os portáteis e de linha marrom). As empresas de maior porte do setor, que trabalham com contratos anuais no transporte marítimo, relataram reajustes de 90%, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros). As menores, que fazem importações esporádicas, apontaram uma alta de 200% no custo.

No caso das grandes varejistas de moda, que importam a maior parte de suas coleções de inverno, o frete mais caro terá impacto direto, já que os pedidos para a temporada fria começam agora. “É difícil segurar os embarques em virtude dos altos preços, porque é necessário que os itens cheguem a tempo do inverno. Como 2020 foi um ano duro, também não será possível segurar o repasse dos custos no preço final”, afirma Edmundo Lima, diretor-executivo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX).

Para Dantas, da Asia Shipping, outro agravante é a concentração no transporte marítimo, composto por grandes grupos globais. “Após anos de crise, as empresas passaram a dividir operações, trocar informações sobre o mercado. Essa consolidação sem dúvidas contribui para os preços mais altos”, avalia.

Outro especialista ressalta que, em outras regiões, como na Europa, a disparada dos fretes já é motivo de questionamentos em órgãos de defesa da concorrência.

Ferrini rebate as críticas e diz que a concentração do setor se deu apenas devido à quebra de algumas empresas, que ficaram em situação frágil após anos de crise e redução nas tarifas aplicadas.

A Centronave diz que a disparada dos preços é fruto de uma combinação de fatores atípicos, decorrentes da pandemia e destacou que a capacidade das companhias de ampliar a oferta, para reduzir fretes, é nula: a ociosidade mundial da frota é de 1,5% (contra 10,6% há um ano). Além disso, a associação diz que a alta de preços afeta apenas o mercado spot (com negociação imediata) e estima que entre 40% e 50% das importações da China para o Brasil sejam regidas por contratos anuais, com fretes mais estáveis.

No mercado, ainda há muita incerteza sobre como os preços se comportarão no médio prazo. A Centronave acredita que o frete irá se normalizar ao longo de 2021. Para Ferrini, a perspectiva é que siga alto por mais dois ou três meses. A Asia Shipping projeta que os preços caiam em relação ao atual recorde, mas continuem acima dos US\$ 4 mil por TEU.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 07/01/2021

CONTROLADORA DA LOUIS DREYFUS RENEGOCIA DÍVIDA DE US\$ 450 MILHÕES

Valor é referente a empréstimo feito para a aquisição de participações de acionistas minoritários na empresa

Por Valor, Valor — São Paulo

A principal acionista da Louis Dreyfus Company (LDC), Margarita Louis-Dreyfus, renegociou prazos para o pagamento de um empréstimo de cerca de US\$ 450 milhões que obteve junto ao Credit Suisse, que deveria ter ocorrido ao final de 2020, relatou a agência Reuters.

Margarita, que controla a companhia de 170 anos de história por meio do fundo Akira, emprestou US\$ 1 bilhão do Credit Suisse no início de 2019, com o objetivo de comprar fatias minoritárias de familiares da família Louis-Dreyfus na empresa.

O fardo representado pela dívida levou a executiva a buscar novos investidores para a empresa, em um movimento que culminou com um acordo anunciado em novembro para a venda de uma fatia de 45% da LDC para o fundo de investimentos ADQ, de Abu Dhabi.

Posteriormente, Margarita disse à revista suíça “Bilanz” que usaria parte do valor obtido com o negócio para quitar sua dívida com o Credit Suisse.

Em 21 de dezembro, uma parcela de US\$ 300 milhões da dívida, que venceria em 2020, teve prazo de vencimento alterado para 30 de novembro de 2021, segundo a múlti.

Em 10 de novembro, um dia antes do anúncio do acordo com o ADQ, uma linha de US\$ 145,6 milhões com vencimento em 2020 também foi prorrogada – agora, US\$ 45,6 milhões terão de ser pagos até 30 de novembro de 2021, e os US\$ 100 milhões restantes até 10 de novembro de 2025.

Com a renegociação, o Akira terá de pagar ao Credit Suisse cerca de US\$ 350 milhões até o final de novembro deste ano, além de parcelas de uma linha de US\$ 200 milhões que venceriam de 2021 a 2024, afirmou a Reuters.

Em maio de 2020, o Akira pagou US\$ 200 milhões ao Credit Suisse, acrescentou a Reuters.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 07/01/2021

PERSPECTIVAS SÃO BOAS PARA O BRASIL NESTE ANO, APONTA FAO

Segundo economista da agência, commodities devem ter leve alta

Por Assis Moreira — De Genebra



[https://s2.glbimg.com/F4aEapEzTSD863zBLFkSZK5f4ac=/0x0:661x925/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/F/x/2PAgSXQXi4eQWRuCqn5g/07agr-100-fao-b8-img01.jpg](https://s2.glbimg.com/F4aEapEzTSD863zBLFkSZK5f4ac=/0x0:661x925/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/F/x/2PAgSXQXi4eQWRuCqn5g/07agr-100-fao-b8-img01.jpg)

Abdolreza Abbassian, economista sênior da FAO: “O Brasil está com vantagens” — Foto: Divulgação

O Brasil continuará a ser um dos grandes ganhadores no comércio agrícola global em 2021, que deverá ser marcado por maior volatilidade e ligeira elevação de preços, avalia Abdolreza Abbassian, economista sênior da FAO, a agência da ONU para agricultura e alimentação.

Em entrevista ao Valor, Abbassian observou que o Brasil teve duas vantagens no ano passado para obter os bons resultados registrados por cadeias exportadoras de grãos, carnes, algodão, açúcar e café, por exemplo: em primeiro lugar, o real desvalorizado, com queda de cerca de 30% ante o dólar. Mas também ajudaram as boas colheitas e a demanda firme, sobretudo da China.

Para 2021, as perspectivas continuam positivas, mesmo comparadas com um ano excepcional como 2020. “Não se pode ser excelente todos os anos, mas o Brasil está com vantagens”, afirmou o economista.

Segundo ele, o país poderá se beneficiar tanto dos preços elevados dos grãos como da demanda por carnes, a depender da evolução da economia internacional. Mesmo com as EUA recuperando participação no mercado de soja, como está acontecendo, Abbassian acredita que o Brasil não terá problemas para exportar, inclusive a outros mercados além da China. Também haverá mais espaço para o milho brasileiro no exterior, em sua avaliação.

“A questão para o Brasil será mais doméstica, pela pressão nos preços internos e para atender os mais vulneráveis nessa crise”, acrescentou. “Mas o Brasil não tem tradição de restringir exportações e não tem nenhum problema maior para servir às necessidades internas e internacionais”.

O representante da FAO nota que, no começo da crise provocada pela pandemia da covid-19, houve preocupação sobre um eventual lockdown em portos no Brasil. Mas que, após algumas suspensões de embarques, a situação voltou rapidamente ao controle e o país não experimentou interrupções logísticas.

Globalmente, Abbassian considera que o cenário para o comércio agrícola em 2021 também continua positivo, em boa medida porque a oferta está firme – ou seja, não faltam alimentos. Mas recomenda cautela, já que os desafios para o comércio agrícola internacional vêm de fora, e não de dentro do setor.

Um deles é a volatilidade de preços, em meio a persistentes incertezas sobre a evolução da pandemia e, conseqüentemente, sobre a recuperação econômica internacional – a venda de produtos de maior valor agregado, reforçou, depende da melhora da economia. Se o consumidor está desempregado, sem dinheiro, não compra carne, por exemplo.

“Estamos vendo uma maior volatilidade de preços. Os preços vão certamente aumentar ligeiramente, mas não para níveis alarmantes de uma década atrás”, afirmou.

Outro desafio, disse, é que a maioria dos analistas prevê um duradouro enfraquecimento do dólar. E a moeda americana em baixa normalmente provoca altas das cotações das commodities. Assim, lembrou, a pressão sobre preços internos, com riscos inflacionários, já começou a provocar restrições a exportações.

A Argentina é um exemplo. O país suspendeu até o início de março seus embarques de milho e se juntou a países como a Rússia, que limitou as exportações de trigo em 2021, e a Indonésia, que freou as vendas de óleo de palma e causou forte aumento da commodity no mercado.

Mas Abbassian notou que, pelo menos até agora, as medidas da Argentina e da Rússia não têm tido impacto relevante nos mercados domésticos ou global. No caso do milho, ele considera que EUA e Ucrânia podem facilmente cobrir o espaço deixado pela Argentina – inclusive no Vietnã, um dos países que mais sofrem com a restrição argentina.

“Essa política de restrição na Argentina não tem impacto no mercado interno. Os produtores têm milho, mas não vendem por causa do preço depreciado. E seguram o produto como hedge contra o peso”, disse. Quanto à Rússia, o impacto da restrição atinge um volume 3 milhões de toneladas de trigo, que poderá ser compensado por fornecedores como a Austrália, que terá uma enorme colheita este ano.

Abbasian também realçou que, embora a China tenha voltado a crescer rapidamente, esse não é o caso da maioria das nações em desenvolvimento. Assim, há muitos alimentos à venda no mercado internacional, mas falta dinheiro em vários países para comprá-los.

“Normalmente, isso não termina bem”, afirmou Abbassian, lembrando dos protestos no passado no Norte da África. “Não devemos ser surpreendidos por uma reação dos mais vulneráveis. O povo quer alimentos e também quer ver uma luz no fim do túnel”.

O banco suíço UBS, em nota enviada a clientes, calcula que condições meteorológicas adversas e preocupações com a segurança alimentar elevaram os preços entre 14% e 19% no ano passado. Em novembro, o índice de preços de alimentos da FAO atingiu alta de 6,5%, a maior desde julho de 2012.

Para o UBS, o mercado continuará pressionado neste primeiro semestre. O La Nina poderá causar um certo impacto negativos sobre as ofertas. E os preços elevados dos grãos na China e na América do Sul poderão resultar em alta das carnes. Segundo o banco, as importações de grãos da China continuarão em alta, para complementar estoques de rações, bem como as compras de carne suína do país.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 07/01/2021

ÍNDICE DE PREÇOS DE ALIMENTOS DA FAO SUBIU EM DEZEMBRO PELO 7º MÊS SEGUIDO

Valor médio de 2020 foi o maior em três anos

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

O índice de preços de alimentos da FAO, o braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, subiu 2,2% em dezembro ante novembro e alcançou 107,5 pontos. Foi o sétimo aumento consecutivo. Com exceção do açúcar, todos os grupos de produtos pesquisados (óleos vegetais, laticínios, carnes e cereais) registraram avanços.

Com a alta de dezembro, o índice da FAO atingiu a média de 97,9 pontos em 2020, 3,1% acima de 2019 e maior patamar em três anos. Em relação ao pico histórico de 2011, no entanto, ainda houve queda de 25%.

O indicador para os óleos vegetais subiu 4,7% em dezembro, após alta de mais de 14% em novembro. Em 2020, houve alta de 19,1% ante 2019. O avanço do mês passado foi impulsionado sobretudo pelo óleo de palma, mas os óleos de soja, canola e óleo de girassol também aumentaram.

Os preços internacionais do óleo de palma subiram pelo sétimo mês consecutivo. No caso do óleo de soja, os preços internacionais atingiram máximas em sete anos, principalmente por causa de problemas na Argentina, onde paralisações prolongadas de trabalhadores afetaram o esmagamento do grão e a logística portuária, explica a FAO em relatório

O subíndice dos cereais registrou alta de 1,1%, para 115,7 pontos em dezembro, o sexto aumento mensal consecutivo. Em 2020, a média chegou a 102,7 pontos, alta de 6,6% ante 2019.

De acordo com a organização, entre os cereais os preços de exportação do trigo subiram ainda mais em dezembro, refletindo o estreitamento da oferta nos principais exportadores, com destaque para a Rússia.

Os preços de exportação do milho também avançaram, sustentados por preocupações contínuas com a safra na América do Sul. Os preços internacionais do arroz receberam suporte das ofertas restritas da Tailândia e do Vietnã.

O índice de lácteos teve média de 108,8 pontos em dezembro, com elevação mensal de 3,2%. Segundo a FAO, os preços internacionais de todos os produtos lácteos subiram, sustentados pela demanda. No entanto, para 2020 como um todo, o indicador de lácteos caiu 1% na comparação com 2019, para a média de 101,8 pontos.

Os preços das proteínas subiram pelo terceiro mês consecutivo e atingiram 94,3 pontos em dezembro, alta de 1,7% em relação a novembro. “As cotações de carne de frango se recuperaram em dezembro, impulsionadas por uma combinação de aumento na demanda de importação, especialmente do Oriente Médio, altas vendas internas nos principais países produtores e o impacto adverso na produção dos surtos de gripe aviária na Europa. As cotações da carne bovina e ovina também aumentaram, principalmente devido à oferta restrita da Oceania”, diz a FAO no relatório. Para o ano como um todo, o o subíndice da carne teve média de 95,5 pontos, queda de 4,5% em relação a 2019.

Por fim, o indicador de preços de açúcar caiu 0,5 ponto percentual em dezembro, para 87 pontos. “A firmeza relativa dos preços do açúcar foi influenciada pelos dados comerciais mais recentes, mostrando as importações de açúcar para a China, o segundo maior importador de açúcar do mundo, crescendo 37% cento com relação ao ano anterior entre janeiro e novembro de 2020”, diz a FAO. A Indonésia também relatou aumento da demanda.

Por outro lado, as melhores perspectivas de produção no Brasil e na Índia evitaram quaisquer movimentos de alta nas cotações do açúcar. Para o ano como um todo, o índice teve média de 79,5 pontos, 1,1% acima de 2019.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 07/01/2021

ANP TEM DECISÃO FAVORÁVEL NO TRF-5 EM DISPUTA COM MUNICÍPIO DO RN SOBRE ROYALTIES

Município potiguar havia entrado com uma ação solicitando o recebimento de royalties por supostas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural localizadas em seu território

Por André Ramalho, Valor — Rio

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou que obteve decisão favorável, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), em disputa judicial com o município de Porto do Mangue (RN), sobre a distribuição de royalties.

Segundo o órgão regulador, o município potiguar havia entrado com uma ação solicitando o recebimento de royalties por supostas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural localizadas em seu território. No acórdão, o TRF-5 entendeu, em linha com a ANP, que Porto do Mangue não faz jus a esse pagamento

O município já recebe parcela da distribuição de royalties por ser integrante da zona de produção principal e por ser confrontante com campos de óleo e/ou gás, mas alegava que deveria receber ainda outra parcela, pelas instalações de embarque e desembarque.

A tese defendida era de que as instalações de embarque e desembarque existentes nos campos marítimos de Arabaiana, Aratum, Cioba, Pescada, Serra e Ubarana deveriam gerar, para o município confrontante com essas concessões, o direito aos royalties pelo critério de possuir instalação de embarque e desembarque.

A ANP defendeu que, para o pagamento de royalties pelo critério de possuir instalação de embarque e desembarque, é necessário que o equipamento esteja localizado no território do município. Neste caso, ficou comprovado que os equipamentos se encontravam em mar territorial (bem da União), sem qualquer ligação física ao município de Porto do Mangue

Por isso, o entendimento da ANP, confirmado pelo Tribunal, é de que as instalações existentes em mar territorial não integram os limites territoriais do ente municipal, não sendo devido o pagamento de royalties pelo critério de possuir instalações de embarque e desembarque”, citou a ANP em nota.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 07/01/2021

INVESTIMENTO EM ENERGIA SOLAR CRESCE 52% EM 2020 E CHEGA A R\$ 13 BILHÕES

Segundo a associação do setor, durante a pandemia foram criados 86 mil empregos na área
Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

RIO - A energia solar atraiu no ano passado investimentos de R\$ 13 bilhões, 52% a mais do que em 2019, incluindo grandes usinas e a geração distribuída. Foram criados em plena pandemia mais 86 mil empregos na área, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), elevando para 224 mil o número de pessoas empregadas no setor desde 2012.

No total, a fonte registrou 7,5 gigawatts (GW) de capacidade instalada no fim de 2020, 64% a mais do que em 2019, sendo 4,4 GW referentes à geração distribuída, o dobro do ano anterior, e 3,1 GW em geração centralizada. Desde 2012, a fonte solar fotovoltaica soma investimentos de R\$ 38 bilhões e teve um crescimento de 62% na geração de empregos.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/6/1601954976863.jpg>

A energia solar atraiu investimentos de R\$ 13 bilhões no passado, 52% a mais do que em 2019. Foto: Felipe Rau/Estadão

As usinas solares de grande porte são a sétima maior fonte de geração do Brasil, com empreendimentos em operação em nove Estados, nas Regiões Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e Centro-Oeste (Tocantins).

O Brasil tem mais de 350 mil sistemas solares fotovoltaicos conectados à rede, para 450 mil unidades consumidoras em todos os Estados, sendo os cinco maiores em potência instalada, respectivamente: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

De acordo com o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, a energia solar terá função cada vez mais estratégica para o atingimento das metas de desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil, inclusive ajudando na retomada sustentável da economia, por ser a fonte renovável que mais gera emprego e renda no mundo.

"A energia solar fotovoltaica reduz o custo de energia elétrica da população, aumenta a competitividade das empresas e desafoga o orçamento do poder público, beneficiando pequenos, médios e grandes consumidores do País", afirmou Sauaia em nota, afirmando que atualmente a energia solar é a fonte de energia mais barata do Brasil.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 07/01/2021*



G1 – O PORTAL DE NORÍCIAS DA GLOBO

AGRONEGÓCIO IMPULSIONA RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA EM 2020

Volume de 57,34 milhões de toneladas representou um crescimento de 8%, em relação à máxima anterior, de 2019.

Por Reuters



[https://s2.glbimg.com/OR_xEKhOJJzTwnowRGkA20Xi2fU=/0x0:890x593/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/s/l/fzO7THRCaANRIC5HCx1A/normal-acucar-a-granel-2.jpg](https://s2.glbimg.com/OR_xEKhOJJzTwnowRGkA20Xi2fU=/0x0:890x593/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/s/l/fzO7THRCaANRIC5HCx1A/normal-acucar-a-granel-2.jpg)

Porto de Paranaguá — Foto: Cláudio Neves/Portos do Paraná

Os portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, movimentaram um recorde de 57,34 milhões de toneladas em 2020, volume que foi impulsionado pelo agronegócio e supera em 8% a máxima anterior, de 2019, disse nesta quarta-feira (6) a empresa que

administra ambas as instalações.

Segundo a Portos do Paraná, mais da metade da movimentação vista no ano passado foi de grãos sólidos, cujas importações e exportações se aproximaram de 37,4 milhões de toneladas, alta de 7% na comparação anual.

A maior parte do volume é representada pela atividade do porto de Paranaguá, o segundo maior do país em embarques de grãos como a soja, atrás somente do porto de Santos.

A empresa pública estadual destacou a exportação de 14,3 milhões de toneladas de soja no ano, avanço de 26% frente ao ano anterior, e projetou um cenário promissor para 2021.

"O cenário foi muito bom e se mantém promissor para 2021. Apesar do plantio tardio da soja, nossa programação mostra que teremos movimento intenso já no primeiro trimestre", disse em nota o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Na véspera, a companhia estimou um crescimento de 11% na movimentação de grãos sólidos -- cuja cadeia é composta por soja, farelo, milho e açúcar-- para exportação em Paranaguá no primeiro trimestre de 2021.

"O preço deve continuar atrativo e a demanda mundial por alimentos segue alta. Os portos se preparam para a retomada dos embarques de soja, que ficam mais fortes a partir de fevereiro", afirmou Garcia, acrescentando que produtos como açúcar, farelo de soja, frango congelado e outras carnes devem manter o ritmo de exportações.

Em termos de importação em 2020, a Portos do Paraná chamou atenção para a chegada de 10 milhões de toneladas de fertilizantes, alta de 6% na comparação anual.

Os maiores percentuais de aumento no balanço anual, disse a empresa, foram verificados nos segmentos de carga geral e grãos líquidos, com alta de 10% cada, "nos dois sentidos do comércio exterior".

Na carga geral, que inclui produtos como a celulose e o açúcar em saca, houve movimentação de 12,4 milhões de toneladas, enquanto o volume de grãos líquidos --óleos vegetais, derivados de petróleo e metanol-- atingiu 7,6 milhões de toneladas.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data : 07/01/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SAMARCO REALIZA EM DIAS SEU 1º EMBARQUE DE PELotas DESDE QUE VOLTOU A OPERAR

Redação *ECONOMIA* 07 Janeiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170411-minerio-ferro-vale.jpg>

Arquivo

O destino de 75 mil toneladas de pelotas de minério de ferro será a Europa.

A Samarco, joint venture da Vale com o grupo BHP, realizará nos próximos dias seu primeiro embarque desde que retomou as atividades após cinco anos de paralisação em função do rompimento de uma barragem em Mariana (MG).

O embarque, de 75 mil toneladas de pelotas de minério de ferro, terá como destino à Europa, informou a mineradora em nota à Reuters após ser consultada.

As atividades da Samarco foram retomadas ao final de dezembro após ficarem suspensas desde o fim de 2015, com o rompimento de uma de suas barragens de rejeitos de mineração em Mariana (MG), que deixou 19 mortos e centenas de desabrigados, além de poluir o rio Doce em toda a sua extensão até o mar capixaba.

A empresa retomou suas operações com 26% de sua capacidade produtiva total, que representa a produção de cerca de 7-8 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 07/01/2021

17ª RODADA DE LICITAÇÕES OFERECE 92 BLOCOS EM BACIAS MARÍTIMAS

Redação *OFFSHORE* 07 Janeiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160111-anp.jpg>

Arquivo

Apresentação de ofertas está prevista para o dia 7 de outubro.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) atualizou a lista de blocos exploratórios da 17ª Rodada de Licitações, cuja sessão pública de apresentação de ofertas está prevista para o dia 7 de outubro. A informação foi divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que promove os leilões de petróleo e gás no país.

Serão ofertados 92 blocos nas bacias sedimentares marítimas de Potiguar, Campos, Santos e Pelotas, totalizando área de 53,9 mil quilômetros quadrados.

O pré-edital e a minuta do contrato de concessão da 17ª Rodada se encontram em consulta pública até o dia 28 deste mês. A audiência pública será realizada no dia 3 de fevereiro, por videoconferência.



O pré-edital, a minuta do contrato e demais informações sobre a 17ª Rodada estão disponíveis no portal da ANP.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/01/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006